
OS PRIMEIROS PASSOS NA INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO | **Os primeiros passos na investigação em História**

CONCEÇÃO E ORGANIZAÇÃO | **Maria Rosário Bastos, João Viegas, Sérgio Ferreira**

PRODUÇÃO | **Serviço de Produção Digital**

EDIÇÃO | **Universidade Aberta 2022**

COLEÇÃO | **CIÊNCIA E CULTURA, N.º 19**

ISBN | **978-972-674-929-5**

DOI | **<https://doi.org/10.34627/uab.cc.19>**

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-SA 4.0.

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional



ÍNDICE

PREFÁCIO

1. À LAIA DE INTRODUÇÃO João Viegas
2. DEPOIMENTOS DE INVESTIGADORES SENIORES
 - 2.1. Ana Cristina Roque
 - 2.2. José Candeias Sales
 - 2.3. Maria Rosário Bastos
 - 2.4. Olegário Nelson Azevedo Pereira
 - 2.5. Paul Freedman
 - 2.6. Robert Bartlett
3. DEPOIMENTOS DE INVESTIGADORES JUNIORES
 - 3.1. Carlos Silva
 - 3.2. João Dias
 - 3.3. Pedro Isidoro
 - 3.4. Sérgio Ferreira
 - 3.5. Telma Amorim
 - 3.6. Ovídio de Sousa Vieira
4. ENTREVISTA AOS AUTORES DOS RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO REALIZADOS NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II (2019-2020)
5. CONCLUSÃO
UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUALIDADE DO FAZER HISTÓRIA Saúl António Gomes



PREFÁCIO

O presente trabalho não foi premeditado. Faltaríamos à verdade se disséssemos que foi sequer intuído. Não, ele impôs-se! Primeiro, de forma dúbia e titubeante, depois explicitamente. Expliquemo-nos!

Nos idos de 2009-2010, foi-nos atribuída a docência da unidade curricular de Seminário II, no curso de licenciatura em História da Universidade Aberta. Foi um desafio que, à época, não poderíamos imaginar o quanto nos viria a marcar do ponto de vista propedêutico, académico, científico e, mesmo, pessoal. Esta nova unidade curricular emergiu da chamada reforma de Bolonha e contou com a docência repartida por vários colegas de História (especialistas em cronologias distintas) e um de Geografia. Entre nós, fomos agilizando o *curriculum* de ensino-aprendizagem a abordar no semestre, tendo como objetivo último a introdução dos estudantes nos meandros da investigação científica. Dito assim, pode parecer de somenos, mas não o foi e continua a não o ser! A Ciência rege-se por uma ementa de boas práticas que, quando não adquiridas, redundam em regra num

mau serviço em que boas intenções caem no logro da falta de rigor e facilitismo. Isto mesmo que, *a priori*, é consensual, nem sempre é aplicado nos trabalhos que em suporte físico ou eletrónico vão pululando um pouco por todo o lado. Quis o destino que o leque de professores implicados na docência desta unidade curricular fosse minguando, até ficarmos a única pessoa com a regência da mesma. Tentámos o melhor que podíamos e sabíamos motivar os estudantes a prepararem-se para os meandros da investigação em História, solicitando-lhes um Plano de Trabalho no início do semestre e um Relatório de Investigação até ao final do mesmo. Não estreitámos em excesso a cronologia, âmbito geográfico, ou a temática e apelámos a que se relacionasse com um assunto com o qual se identificassem e que, comprovadamente, tivesse base científica de apoio, ora por fontes primárias e/ou secundárias, ora por bibliografia cientificamente credível e acessível.

Com o passar do tempo, fomo-nos apercebendo que os estudantes tinham enorme dificuldade e receio em delimitar o

seu objeto de estudo, colocar uma pergunta inicial à qual iriam tentar responder, fazer o estado da arte e dirigirem-se aos arquivos físicos/virtuais para aí procederem ao trabalho heurístico que, é sabido, constitui condição *sine qua non* para a prossecução do labor historiográfico. De forma mais ou menos direta foi-nos chegando o rumor de que o Seminário II era encarado como um obstáculo de difícil transposição. Não obstante, ultrapassado o temor inicial, tivemos acesso a trabalhos notáveis e muito promissores que nos permitiram encetar colaboração científica com alguns estudantes. Uns vingaram na investigação científica, outros nem tanto, como é próprio da vida. Mas, aqueles que começaram a interagir connosco expressaram, de forma clara, a necessidade de criar um qualquer material de estudo, uma espécie de guia que ajudasse os estudantes vindouros a rebater medos e melhor usufruírem do gosto pela investigação. Foi-lhes respondido que isso implicava a colaboração de todos: docentes e antigos discentes, de vários anos letivos. Nada a obstar! Lançaram mãos à obra e nós só por falta de zelo e empatia nos poderíamos eximir do que aqui se apresenta. Ninguém mediu esforços e procurámos ser o mais inclusivos que conseguimos. Utilizamos a nossa (de todos) rede de contatos científicos e académicos e lançámos mão de um

guião que endereçámos a investigadores experientes em Portugal, nos Estados Unidos e Reino Unido, e a investigadores em início de carreira (independentemente da idade) de nacionalidade portuguesa. Tivemos a felicidade de termos conseguido resposta positiva por parte daqueles que abordámos. Absolutamente todos!

Ficam os seus testemunhos, a que acresce um diálogo em forma de entrevista levado a cabo pelo International History Students & Historians Group (IHSHG), produzida sensivelmente há um ano: em outubro de 2020.

Na sùmula que agora se leva à estampa, optámos por não incluir qualquer referência científica pois são inúmeras as que estão disponíveis acerca de como proceder para levar a bom curso um projeto. Essas, cada qual procurará de *per se*. Aliás, basta entrar num repositório universitário para, imediatamente, colhermos ideias quanto à forma e, eventualmente, conteúdo. O que não conhecemos é um guia que nos explicita os testemunhos de quem vivenciou diretamente a experiência. E foi isso que pretendemos alcançar! Como quer que seja, de uma coisa estamos seguros: os exemplos aqui revelados são todos absolutamente genuínos e didáticos, e com eles almejamos ter alguma valia no apoio àqueles que dão os primeiros passos

na investigação em História. Se conseguiremos alcançar o nosso propósito... isso o tempo o revelará. Ao menos tentámos, em conjunto, como deve ser; sempre!

Porto, 1 de novembro de 2021

Maria Rosário Bastos

1. À LAIA DE INTRODUÇÃO

Este pequeno trabalho não tem a pretensão de ser a última e, muito menos, a definitiva palavra acerca da investigação. Longe disso! É um repositório de testemunhos de historiadores e estudantes de História para estudantes de História, com a esperança que apazigue algumas das dúvidas e incertezas que assolam todos aqueles que iniciam este tão nobre caminho em História.

Para mim a investigação sendo, obviamente, regida por rigorosos critérios metodológicos é, simultaneamente, uma arte; e, como tal, necessita de algum engenho, mas, sobretudo, de ser trabalhada, consumindo muito tempo. Tendo em perspetiva estas características, não teria outra lógica do que investigar aquilo que gostamos e que nos faz sentido, caso contrário será muito difícil finalizar essa caminhada.

Quando me pediram para escrever a introdução deste projeto, eu pensei para comigo: “Não tenho nada para acrescentar...”! No entanto, concluí que tinha, porque passei pelas mesmas dificuldades e podia, pelo menos, expressar o que é para mim a investigação.

Nas palavras de uma historiadora que muito aprecio “A história deve ser posta ao serviço das pessoas”. Encaixei bem essa frase e desde que a ouvi formular tenho tentado fazê-lo. A investigação, muitas vezes, não deixa de ser nada mais, nada menos, do que colocar a História ao serviço dos outros, dar-lhes mais conteúdo e, se possível, esclarecer algumas dúvidas e, por vezes, criar outras mais.

Nem todos nós seremos investigadores no futuro, existem diversos “caminhos” a trilhar nesta área, mas é da maior importância entender o que é e como se faz.

Espero que esta amálgama entre profissionais de renome e estudantes de Seminário II da Universidade Aberta (Portugal) permita a todos verificar que é possível fazer-se investigação e que, independentemente do grau de experiência, todos nos deparamos com dificuldades.

No final do que agora se apresenta acredito que todos ficarão com uma breve ideia do que é investigação em História e de que algumas dúvidas que vos assolem possam ficar mais claras.

Faço notar que, para maior “eficácia” do labor a que nos propomos, os naipes de questões colocadas aos investigadores seniores foram redigidos pelos juniores e vice-versa.

Não podia terminar sem agradecer à equipa fantástica que encabeçou este projeto, composta pelo Carlos Silva, Lúcia Cardoso, Sérgio Ferreira e Telma Amorim pela dedicação e pela resiliência. Um especial agradecimento à Professora Doutora Maria Rosário Bastos. Sem o seu acompanhamento nada disto seria possível. E por fim, e não menos importante, a todos os convidados que retiraram do seu tempo para dar um contributo importantíssimo a todos aqueles que se iniciam na arte de investigar.

A todos o meu sincero obrigado, principalmente por me ensinarem que era possível.

Londres, 31/10/2021

João Viegas

2.

DEPOIMENTOS DE INVESTIGADORES SENIORES



2.1. ANA CRISTINA ROQUE

UNIVERSIDADE DE LISBOA

CH – Centro de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A PARTIR DE QUE PONTO SE COMEÇA UMA PESQUISA?

O ponto de partida de qualquer investigação é sempre o interesse pessoal por um tópico/tema que gostaríamos de aprofundar. Um interesse que pode raiar a paixão, mas não pode deixar que essa paixão seja uma condicionante; um interesse que nos acompanha há muito tempo ou algo que emerge de leituras, discussões, situações, experiências recentes...; algo até em que nunca tínhamos pensado, mas que, decorrente de outros trabalhos ou experiências pessoais, nos surge como potencialmente interessante para aprofundar. É imprescindível a empatia e acreditar na relevância da investigação que se vai fazer sobre o tema. Há quem considere que a definição do tópico de investigação pode ser um dos momentos mais difíceis do processo, sobretudo se não houver um interesse específico por um determinado tema ou, ao invés, existirem muitos temas que nos atraem e, que por isso mesmo, tornam a escolha difícil. Às vezes, ao longo da vida, vamos acumulando temas que gostaríamos de aprofundar e que, por razões de natureza muito variada,

temos de relegar para outro momento, mantendo a convicção de podermos, um dia, dedicar o tempo necessário à sua investigação. O tempo e as circunstâncias, pessoais e/ou profissionais, podem trazer-nos a oportunidade ou não de desenvolver essa investigação; mas, se for efetivamente uma temática que queremos mesmo trabalhar, mais cedo ou mais tarde, nós próprios criamos o espaço para o fazer.

O QUE É PARA SI UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA?

A investigação histórica é a procura de informação que nos permita fundamentar as hipóteses formuladas em função do tema escolhido, e obter as respostas às questões que estiveram na base dessa escolha. Permitindo explorar, perceber e explicar acontecimento passados, a investigação histórica pressupõe a definição de tempos e espaços próprios que os enquadram e esclarecem. É um processo longo, cheio de matizes, vinculado a metodologias específicas de análise consoante o tipo de documentos, que exige tanto de concentração no(s) tópico(s) foco da investigação, quanto de

open mind, de capacidade de diálogo, de questionar permanentemente o que vamos encontrando, selecionando e validando os diferentes dados. É um processo que, por vezes, pode mesmo mudar o rumo que inicialmente tínhamos traçado para a nossa investigação. Mas, em qualquer circunstância, é sempre um encontro com o que somos e o que fomos, pelas questões que colocamos; com o que fizemos e como fizemos, pelos dados que vamos recolhendo; com o porque fizemos e o seu impacto e consequências, pela forma como lemos, analisamos e interpretamos. A investigação histórica obriga a uma reflexão sobre passado(s), origem(ns), causa(s), escolha(s)... e, enquanto tal, extravasa as fronteiras da História enquanto disciplina. O processo de investigação histórica é muito mais do que investigação sobre História, permitindo a qualquer outra disciplina a possibilidade de conhecer e explicar os antecedentes históricos de situações e fenómenos atuais.

O QUE SÃO E O QUE NÃO SÃO FONTES HISTÓRICAS?

Teoricamente, é tudo o que nos dá informação sobre o passado. Uma panóplia de testemunhos que classificamos em fontes primárias, secundárias, terciárias..., que nos disponibilizam informações em primeira mão, segunda mão, terceira mão... ideologicamente conformes a posições (políticas, religiosas, económicas,

culturais,...), estatuto profissional, extrato social, contexto cultural... de quem os elaborou. Testemunhos que incluem documentos escritos, vestígios arqueológicos, pinturas, fotografias, filmes, jornais, elementos da cultura material e religiosa, oralidade.... Todos eles são potenciais fontes históricas, e todos eles precisam ser sujeitos a uma leitura crítica que permita aferir a validade da informação que disponibilizam. Uma fonte primária, uma informação em primeira mão, não é sinónimo de inequívoca credibilidade. Não há documentos nem autores que dispensem a apreciação crítica. Os múltiplos exemplos de *fake news*, com que lidamos hoje são paradigmáticos desta situação. Mais do que a precisão da informação dada num documento ou a reputação e credibilidade do seu autor, é a análise do(s) seu(s) contexto(s) que deve pesar na sua validação.

QUE TIPO DE METODOLOGIA COSTUMA USAR?

A escolha de fontes, a recolha de dados e, sobretudo, a validação da informação. Num mundo onde cada vez se fala mais de disponibilidade e livre acesso à informação, e onde se multiplicam as fontes que podem ser usadas no processo de investigação, a questão mais complexa é a de saber, até que ponto essa informação é fiável? Como podemos ter a certeza de que não estamos perante dados manipulados, ou

até mesmo falsos? E...como podemos ultrapassar esta situação?

COMO ARTICULA AS NOVAS TECNOLOGIAS COM O SEU TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO?

Pessoalmente, creio que a utilização das novas tecnologias, designadamente no que se refere ao uso de bases de dados e de sistemas de informação geográfica, permite desenvolver novos processos de organização, tratamento e validação da informação e, conseqüentemente, novas formas de apresentação e visualização de resultados. Por outro lado, também tornaram mais fácil pesquisar e aceder a documentação de arquivo à distância, bem como agilizar o próprio processo de levantamento bibliográfico. Contudo, importa referir que a possibilidade de uso das novas tecnologias na investigação histórica veio facilitar o cruzamento de informações e a comunicação interdisciplinar, evidenciando a importância do trabalho de equipa e contribuindo para alargar o próprio espectro da investigação.

COMO É QUE AS SUAS CRENÇAS E OPINIÕES INTERFEREM NA SUA INVESTIGAÇÃO?

É uma pergunta difícil de responder pois os nossos atos, os nossos trabalhos, o nosso quotidiano... refletem sempre o que somos, o que pensamos, o nosso posicionamento perante a vida. Tal não quer dizer que isto seja incompatível com o

rigor da investigação, mas pode influenciar o modo como se interpreta a informação recolhida. Se assim não fosse não haveria debate nem espaço para equacionar novas perspectivas e interpretações. Em última instância não haveria sequer diferentes correntes históricas.

2.2. JOSÉ CANDEIAS SALES

UNIVERSIDADE ABERTA

CH – Centro de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A PARTIR DE QUE PONTO SE COMEÇA UMA PESQUISA?

Não tenho uma resposta concreta. Pode começar-se uma investigação por uma dúvida que nos assalta, por uma discordância com uma explicação existente, por obrigação académica de estudo, por novos dados que surgem e estimulam a reflexão...

Há, por vezes, pesquisas que se começam com a clara perceção que são «frutíferas» (é mesmo um assunto para procurar novas respostas e outras que, quando começamos a ler e a pesquisar, percebemos que já foram respondidas aqui ou ali, por outros investigadores, e que não se justificam só porque nós delas não tínhamos conhecimento...).

Investigar deve permitir responder a questões pessoais do investigador, claro, mas também a questões maiores da área de estudos/ do domínio científico em que se situa... e essas são as respostas mais substantivas e válidas: as que se constituem em valor acrescentado para uma área específica de estudo...

O QUE É PARA SI UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA?

Aquela que nos permite perceber melhor o que aconteceu, por que aconteceu, como aconteceu, por quem aconteceu...

O QUE SÃO E O QUE NÃO SÃO FONTES HISTÓRICAS?

Assim colocada a questão, de forma tão «aberta» e «direta», eu diria que fontes históricas é tudo o que nos pode fornecer informação sobre o passado.

A aceitação desta definição tão alargada necessita, obviamente, de, a seguir, conduzir a uma identificação de tipologias mais «finas», de acordo com o objeto de estudo e os objetivos da investigação.

A crítica das fontes é trabalho que a montante de qualquer investigação deve fazer parte dos comportamentos do investigador: nem todas têm o mesmo peso/ valor; nem todas deverão ser tratadas e consideradas da mesma forma; cada uma tem as suas especificidades de tratamento e de análise. O crivo da valorização e da utilização das fontes, concreta ou conjugada, é, muitas

vezes, um índice da capacidade/ da originalidade/ da criatividade/ do nível da própria investigação... e do investigador...

QUE TIPO DE METODOLOGIA COSTUMA USAR?

Depende, naturalmente, do que estou a investigar, no entanto, em regra, procuro saber primeiro o que existe ou foi escrito sobre o assunto/ tema, no sentido de apurar o «estado da questão». Depois, mesmo que repetindo o que outros já fizeram, procuro consultar/ compulsar as fontes disponíveis para perceber o seu anterior aproveitamento. Se for o caso, procuro anexar outras/ novas fontes ou documentos que possam ampliar/ justificar/ refutar os meus pontos de vista. Reputo também de muito importante a «fase final» de redação, de exposição e transmissão das ideias. Uma má forma de comunicar os resultados de uma investigação pode «arruinar» toda a pesquisa anterior. Comunicar em História (ou em qualquer outra área científica) é fulcral.

QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES QUE ENCONTRA DURANTE A INVESTIGAÇÃO?

Qualquer investigação, em qualquer área do saber, necessita de estar ajustada às “condicionantes de vida” do investigador. Pessoalmente, a dificuldade de concatenar as responsabilidades profissionais decorrentes da vida

académica (participação nos órgãos de decisão, lecionação, participação em júris académicos...) com o tempo efetivamente dedicado à investigação é uma das maiores e mais sentidas dificuldades.

“Tempo disponível” significa igualmente “tempo para a aturada reflexão” (leituras, cruzamento de perspetivas, procura de informação/ elementos) que a investigação exige.

COMO ARTICULA AS NOVAS TECNOLOGIAS COM O SEU TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO?

Trata-se de uma preocupação diária. Procuro estar atento aos fóruns e às informações que são regularmente disponibilizados sobre novos títulos que vão surgindo, descarregando numerosos livros/ teses/ artigos/ capítulos de livros que vão estando disponíveis e organizando-os em listas de bibliografia pessoais.

Tento também, na medida do possível, acompanhar alguns grupos no Facebook, sobre temas específicos da minha área de investigação.

Um outro domínio de «articulação das novas tecnologias com o trabalho de investigação» prende-se com a utilização de ferramentas/ software que permitam uma mais rápida «consulta» das fontes e dos documentos de trabalho (contagem de ocorrências, processamento de hieróglifos, bases de dados digitais, etc.)

COMO É QUE AS SUAS CRENÇAS E OPINIÕES INTERFEREM NA SUA INVESTIGAÇÃO?

Desde a faculdade que aprendi que a «imparcialidade» e «distanciamento do investigador» deviam conduzir a investigação e que se deveria sempre colocar de lado as crenças e opiniões particulares. Não acredito numa «investigação sem opinião», anódina e asséptica, em que não se «sinta» o investigador, mas confesso que não é um assunto que me preocupe particularmente... talvez por o meu objeto preferencial de estudo e de reflexão estar «demasiado» longe no tempo... Seja como for, escolher uma área/ um tema/ uma problemática é já em si, muitas vezes, um reflexo de preocupações que estão alinhadas com as minhas motivações como cidadão... e aí perpassam sempre crenças e opiniões... mas não creio que desvirtuem ou alterem o sentido de rigor e de metodologia permanentemente aferida para evitar «visões tendenciosas» fruto das crenças e não dos resultados da investigação...

2.3. MARIA ROSÁRIO BASTOS

UNIVERSIDADE ABERTA

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto de Lisboa

A PARTIR DE QUE PONTO SE COMEÇA UMA PESQUISA?

Depende das circunstâncias. Antes de tudo e sobretudo, a investigação nasce de uma interrogação e do gosto e vontade do investigador em se envolver com a questão. Isso sempre! A partir daí, pode surgir da vontade própria de tentar aprofundar determinada temática, de uma solicitação feita por outrem ou, ainda, da constatação de que existe uma lacuna no estado atual dos conhecimentos que urge suprir e para a qual nos sentimos motivados e capacitados para contribuir com o nosso trabalho. Peço desculpa por ser repetitiva em relação ao gosto pessoal para levar a cabo uma investigação, mas considero que é fundamental e uma garantia de sucesso.

O QUE É PARA SI UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA?

Essa pergunta parecendo simples não o é. Para mim, investigação em História é toda a pesquisa científica que vise trazer ao conhecimento algo sobre a vida dos nossos antepassados em sociedade. Pode

ter uma abordagem sincrónica (captação de um momento, como se de uma fotografia se tratasse) ou diacrónica (em abordagem retrospectiva, como que num filme). Porém, implica sempre a análise do ser humano a agir em comunidade. A partir da invenção da escrita, bem entendido. Para trás, reportamo-nos à Pré-História e, para a abordagem desses períodos recuados, existem investigadores e profissionais próprios.

O QUE SÃO E O QUE NÃO SÃO FONTES HISTÓRICAS?

Fonte histórica é tudo o que nos permite perceber a ação das pessoas em comunidade, em tempos pretéritos. De há cerca de 20 anos a esta parte, tenho trabalhado temas da chamada História Ambiental, mormente para o período medieval. Como será fácil compreender, para levar a curso as minhas pesquisas tenho que alargar a minha base de abordagem ao objeto de estudo e, como tal, apelo a análises realmente interdisciplinares. Não raro, trabalho com arqueólogos, geólogos e biólogos pelo que a minha noção (e prática) de “fonte”

se foi alargando sobremaneira. Pode ser uma relíquia arqueológica, uma pintura, um segmento de corte de um tronco de árvore (com os seus anéis de crescimento), a análise de um testemunho subaquático etc., etc., etc, para além dos clássicos e evidentes documentos manuscritos e fontes impressas. Nas primeiras preciso do apoio interpretativo de outros colegas e saberes. Já nestas últimas tenho obrigação de ter apetrechos metodológicos para fazer a heurística e hermenêuticas apropriadas ao trabalho historiográfico.

QUE TIPO DE METODOLOGIA COSTUMA USAR?

Como atrás referi, tendo a trabalhar cada vez mais em equipas interdisciplinares. Assim, na componente histórica, cumpre-me, uma vez definido o objeto de estudo e a questão base a que se procura responder, procurar saber qual é o "estado da arte", isto é, o nível de conhecimento sobre a temática. Tendo uma ideia do que já está feito, perscruto as fontes escritas e/ou pictóricas disponíveis, seleciono-as e procedo à respetiva crítica interna e externa. Seguidamente, procedo à interpretação das fontes questionando-as à luz dos objetivos traçados para a investigação. Note-se que uma mesma fonte pode trazer à luz informações diferentes consoante a forma como é analisada. Por exemplo, um tomo de uma propriedade monástica medieval tanto

nos permite perceber o património e a rendibilidade do património fundiário da instituição monástica em apreço, como nos permite aferir da regularidade ou não dos pagamentos de foros e, com isso, perceber a ocorrência de focos de perturbação nas colheitas como sejam, v.g., guerras ou anomalias climáticas e ou eventos meteorológicos extremos. Evidenciados os resultados, tendo a discutí-los com a equipa de molde a cruzar o máximo de informes disponíveis, dos mais variados ramos de saber, almejando com isso uma percepção tão próxima quanto possível do que teria sido a realidade na época em estudo.

QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES QUE ENCONTRA DURANTE A INVESTIGAÇÃO?

Tantas! Começamos pelas que não me podem ser imputadas: os horários restritivos de arquivos e bibliotecas físicos; a dependência da amabilidade e humores dos funcionários que podem restringir a consulta das peças de estudo ao número estipulado pela instituição que alberga as fontes, o mau (às vezes péssimo) estado de conservação do documento; as morosas ou inexistentes respostas a pedidos de informação endereçados às autoridades/ entidades que julgamos estarem na posse de informações que julgamos preciosas e mais, muitos mais engulhos. Mas também existem os constrangimentos que resultam da nossa própria prática: a falta de

recursos financeiros para a materialização da pesquisa (motivada, muitas vezes, por recorrente desinvestimentos das Entidades Financiadoras nas ditas Ciências Humanas e Sociais), a falta de tempo, plasmada no periclitante equilíbrio da docência com o necessário trabalho continuado do processo científico, expectativas que se relevam goradas face a uma temática que nos parecia promissora e tantos, tantos óbices que seria fastidioso aqui continuar a elencá-los. Mas o segredo é não desistir; reorientar o foco, se necessário, “cerrar os dentes” e prosseguir. Claro que isso implica que se esteja realmente apaixonado pelo que se faz, caso contrário torna-se insuportável!

COMO ARTICULA AS NOVAS TECNOLOGIAS COM O SEU TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO?

As novas tecnologias, não substituindo aquilo que apenas depende do engenho humano, são uma ajuda preciosa na investigação. Quando comecei a fazer investigação histórica era tudo muito mais complicado. Poucos eram os arquivos que tinham o seu espólio digitalizado no todo ou em parte. As bibliotecas também não, pelo que a pesquisa das fontes e obras que queríamos compulsar implicava, necessariamente, a deslocação física às instituições. Mais, nelas, havia as que proibiam a entrada de computadores (ainda hoje não percebo porquê) pelo que o trabalho tinha que ser feito em

duplicado: primeiro, com a recolha manuscrita dos informes que, depois, eram incorporados numa base de dados. Hoje, a informação está democratizada e praticamente todos, a partir de um computador, conseguem aceder a um inesgotável manancial de dados. Tal facto é excelente e permite rentabilizar esforços e diminuir custos. Acresce que uma dúvida ou necessidade de troca de impressões é rapidamente suprida numa autêntica sociedade do conhecimento, onde o saber em rede é uma realidade transnacional. As próprias bases para recolha e análise da informação têm vindo a ser depuradas e a sua partilha, independentemente da dimensão que possuem, é ágil e rápida. Isso é fantástico, como se comprovou à sociedade quando a pandemia de SARS-CoV-2, que se instalou em todo o planeta, nos exigiu um confinamento parcial quando não absoluto. Pese embora essa realidade, existe o verso do que acabei de referir. Em caso de dúvidas ou de originais cuja disponibilização é feita com baixa qualidade de reprodução, torna-se absolutamente indispensável recorrer ao material físico para a leitura dos originais e/ou para dissipação de dúvidas na leitura paleográfica. Acresce que nem todos os documentos de que necessitamos para a investigação do momento estão *online* e, nesses casos, obviamente que a recolha arquivística terá que ser feita nos moldes tradicionais, digamos assim.

COMO É QUE AS SUAS CRENÇAS E OPINIÕES INTERFEREM NA SUA INVESTIGAÇÃO?

Podia ser intelectualmente arrogante (tento não o ser) e afirmar que nunca, jamais o fazem. Estaria, certamente, a faltar à verdade. O historiador não é uma ilha. De forma consciente ou nem por isso, é condicionado pelo seu tempo e espaço. E isso é inevitável! Até os seus interesses, aquilo por que opta (ou não) por investigar foi condicionado a montante pela carga cultural que absorveu e pela sua própria experiência de vida. Não obstante, é óbvio que deve pugnar pela objetividade quando está a exercer o seu ofício. Terá outros fóruns para se manifestar como cidadão que se quer informado e consciente. Na sua *praxis* científica deve apelar ao rigor e imparcialidade. E há regras para tanto! A metodologia da História e as boas práticas científicas são de molde a depurar a subjetividade de análise. O trabalho em grupo, sobretudo se implicar investigadores de áreas disciplinares diferentes, contribui para a almejada imparcialidade de análise que, sejamos sinceros, nas ciências sociais e humanas é uma meta e nunca uma verdade absoluta. Mas, como percurso, é para lá que devemos apontar, evitando erros grosseiros como o anacronismo e procurando uma análise interpretativa o menos condicionada e condicionante possíveis. Não é fácil, mas é um desafio tão exigente quanto prazeroso.

2.4. OLEGÁRIO NELSON AZEVEDO PEREIRA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa

A PARTIR DE QUE PONTO SE COMEÇA UMA PESQUISA?

Pesquisar em ciência implica, acima de tudo, a vontade de se querer aprofundar o conhecimento num assunto, normalmente sobre algo que nos fascina. Nesse sentido, a pesquisa começa a partir do gosto pessoal desenvolvido pelo investigador numa dada área de estudo, relativamente a um tema (ou objeto de estudo) que lhe desperte o interesse. Tal não obsta à escolha de um tema transversal ao qual se apliquem ou se recorram a métodos de diferentes áreas. O importante é ter bem definido o que se pretende investigar. Isto permite que, ao longo do percurso académico/científico, seja possível ao investigador reconhecer quem estudou previamente o tema, quais os diferentes pontos de vista sobre o mesmo, quais as metodologias, e, conseqüentemente, os métodos aplicados na análise que pretende desenvolver, quais as principais teses discutidas e quais as principais conclusões. Este procedimento consiste numa perceção acerca do “estado da questão”. Através dele, o investigador delimita a sua pesquisa, compreende o que já é conhecido e foi

discutido acerca do tema, as suas possíveis limitações e os assuntos menos estudados relativamente aos quais a sua pesquisa pode contribuir. Isto permite-lhe conhecer mais aprofundadamente o seu objeto de estudo e, a partir desse momento, elencar as suas próprias hipóteses, colocar as suas próprias interrogações, concordar ou discordar com os estudos/análises/correntes de pensamento que eventualmente o abordaram. Se o investigador não conhecer minimamente o objeto de estudo que pretende analisar, ser-lhe-á muito difícil argumentar com alguma propriedade sobre o mesmo. Assim, poderia resumir em três pontos o início de uma pesquisa: o gosto pessoal por um tema, procurar conhecê-lo o mais aprofundadamente possível, e por fim, interrogar e procurar respostas.

O QUE É PARA SI UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA?

Uma investigação histórica é a pesquisa de um tema, através do emprego das diretrizes atinentes à ciência histórica. Como tal, essa pesquisa baseia-se em fundamentos metodológicos que consubstanciam

os seus desdobramentos e, em último caso, a tese defendida. Por isso, na investigação histórica é imprescindível haver a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa propiciadores de uma análise crítica que torne possível verificar as causas e as consequências de um dado facto no período cronológico e no âmbito espacial observado. A investigação histórica é, portanto, a observação, a crítica e a análise dos factos históricos, procurando-se entender e contextualizar os vestígios do passado de uma forma imparcial, evitando-se julgamentos ou incorrer em anacronismos. A investigação histórica consiste, assim, no resgate da memória das comunidades humanas e das suas múltiplas conexões, tais como as sociais, as económicas, as políticas, as culturais, as ambientais, entre outras. Daqui resulta a sua importância e a sua cada vez maior acuidade, ao permitir reconhecer as múltiplas identidades e percursos humanos ao longo do tempo. Por isso, e embora nem sempre valorizada, a ciência histórica assume um papel decisivo, estabelecendo conexões entre as tradições legadas pelo passado e as inovações do presente e, nesse sentido, preparando-nos para o futuro.

O QUE SÃO E O QUE NÃO SÃO FONTES HISTÓRICAS?

Fontes históricas são todos os registos materiais ou imateriais que permitem

interpretar as ações humanas ocorridas no passado. Ao longo do desenvolvimento da História enquanto ciência, houve alterações relativamente ao que era considerado fonte histórica. Se com o Positivismo a documentação escrita, particularmente a emanada por instâncias oficiais, era considerada a fonte histórica, com o surgir da Nova História, houve uma ampliação da tipologia de fontes a partir das quais o historiador pode lançar mão para desenvolver as suas análises. Assim, as fontes históricas podem ser constituídas não só pela documentação escrita, mas também, por vestígios arqueológicos, por representações pictóricas, pela memória e oralidade humana, pela paisagem ou ambiente, enfim, por uma variedade de registos, que permitem ao historiador interpretar o passado. Podemos dividir as fontes históricas em dois grupos. Num primeiro grupo, incluem-se as fontes escritas, como por exemplo, as crónicas, a documentação da chancelaria régia, os registos notariais, a legislação, as fontes literárias e da imprensa, entre outras. Num segundo grupo, as fontes não escritas, tais como, as fontes orais, a iconografia, os objetos materiais, fatores relacionados com o ambiente, entre outras. No universo de fontes históricas disponíveis há, no entanto, a considerar, que se podem estabelecer duas categorias: as fontes primárias e as fontes secundárias. A primeira categoria engloba as fontes históricas produzidas no seu próprio tempo, através das quais

o historiador colige informações diretas, sem que tenha ocorrido qualquer tipo de intermediação. Já a segunda categoria corresponde a fontes que pela sua característica interpretativa, comportam informações indiretas onde ocorreram intermediações e, portanto, sendo menos credíveis. O historiador deve, sempre que possível, recorrer a fontes primárias. Como se pode considerar fonte histórica tudo aquilo que permite interpretar a ação humana ao longo do tempo, é muito difícil estipular o que não pode ser considerado uma fonte histórica, uma vez a proeminência humana no contexto planetário (e cada vez mais extraplanetário) e a sua indelével marca...

QUE TIPO DE METODOLOGIA COSTUMA USAR?

Tenho procurado desenvolver pesquisas na área da História Ambiental. Esta corrente historiográfica analisa predominantemente as interações entre as comunidades humanas e o ambiente. Embora os estudos dirigidos para este tema tenham uma certa tradição, somente muito recentemente despontou o interesse da ciência histórica em analisar o papel da natureza enquanto parte da História humana. Nesse sentido, considera-se que este campo científico ainda se encontra num processo de construção, carecendo, portanto, de uma metodologia própria,

havendo a necessidade de se recorrer a outras disciplinas de modo a se incorporarem conceitos e métodos de investigação para se aplicarem na análise pretendida. Estas condições potenciam a interdisciplinaridade, a qual, aliás, é apanágio dos estudos em História Ambiental. Com efeito, buscando encetar análises holísticas e de longa duração temporal acerca das interações entre o ser humano e a natureza, o historiador ambiental precisa de recorrer a metodologias interdisciplinares, tanto das ciências naturais, quanto das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, é usual a utilização de metodologia qualitativa e de metodologia quantitativa, embora, no meu caso, utilize maioritariamente a primeira. Tenho analisado essencialmente questões relacionadas com as relações entre as comunidades humanas e o ambiente em zonas costeiras, como sejam, a pesca, a salicultura, a ocupação e interferências humana na evolução geomorfológica de corpos lagunares costeiros, entre outros temas. Assim, recorro essencialmente à pesquisa histórica, procurando aplicar o método histórico e, por vezes, recorrendo também ao método comparativo, incorporando como procedimento metodológico a análise de fontes históricas. Da mesma forma, procuro utilizar conceitos relacionados com a ciência histórica, mas também conceitos utilizados por áreas das ciências

naturais, como sejam os conceitos de deriva litorânea, carreamento sedimentar, erosão costeira, ecossistema, resiliência, vulnerabilidade e risco, entre outros. Em suma, considerando a abrangência da História Ambiental enquanto área interdisciplinar, a metodologia utilizada é também ela abrangente, envolvendo diversos métodos e diversos conceitos.

QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES QUE ENCONTRA DURANTE A INVESTIGAÇÃO?

A título meramente pessoal, considero que a maior dificuldade do investigador é a precariedade. Esse problema ficou amplamente confirmado no recente estudo da autoria de Ana Ferreira "O trabalho científico em Portugal: precariedade e *burnout*". O problema de se enveredar por uma carreira científica é que nem sempre temos acesso a fundos/subsídios/bolsas que permitam dar continuidade ao processo de investigação, mais ainda numa área das ciências humanas e sociais. Quando garantimos alguma dessas modalidades que nos permitem continuar a pesquisar, muitas das vezes os prazos são diminutos e não sabemos se após esse período voltaremos a conseguir outro apoio que o permita. Enveredar pelos caminhos da investigação em Portugal é viver numa constante interrogação acerca do futuro e isso exige um grande espírito de resiliência que nos permita contornar os obstáculos.

Neste sentido, no âmbito da pesquisa em História, as dificuldades mais correntes são no acesso a apoios. A título de exemplo, num dos últimos concursos de emprego científico da FCT, apenas foram atribuídos onze ou doze contratos relativos a projetos apresentados para as áreas de História e Arqueologia, o que é manifestamente pouco...

No processo de investigação em si, deparo-me com algumas dificuldades. Como trabalho em História Ambiental, tenho de aprender e integrar nos estudos que desenvolvo diversos conceitos, métodos e linguagens utilizadas por outras áreas científicas e para as quais a formação tradicional de historiador não nos prepara. Por exemplo, se quero estudar questões relacionadas com as alterações climáticas num dado período histórico, para além de ter de compreender e saber aplicar os métodos e as técnicas da ciência histórica, também tenho de ter algum conhecimento sobre questões relacionadas com a climatologia. Se investigo as alterações do litoral numa perspetiva histórica, terei de necessariamente ter algumas noções de, por exemplo, geologia. Nesse sentido, por vezes sair da nossa área de conforto torna-se um pouco difícil pois não dominamos as outras áreas e, por isso, o receio de errar amplia! Outros tipos de dificuldades também me surgem em certos aspetos da investigação em História. Por exemplo, não domino o Latim, então é para mim muito

difícil interpretar a documentação escrita nessa língua. Por outro lado, apesar de ter algum conhecimento em Paleografia, há certas tipologias de escrita que me são muito difíceis de ler/transcrever, como por exemplo, a encadeada! Posso ainda mencionar algumas dificuldades pontuais. Por exemplo, quando preciso de ter acesso a um artigo, livro, documento escrito ou cartográfico, mas por alguma razão não consigo, pode ser um problema para a pesquisa. Nos últimos tempos, a questão da pandemia também tem colocado alguns entraves quanto à deslocação a arquivos e bibliotecas, impossibilitando ou atrasando o acesso a fontes primárias e secundárias.

COMO ARTICULA AS NOVAS TECNOLOGIAS COM O SEU TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO?

As novas tecnologias são muito úteis para a área da História. Por exemplo, na questão de trabalhar com uma amplitude grande de dados coligidos da documentação histórica, a possibilidade de utilizarmos programas informáticos e desenvolver bases de dados, viabiliza uma utilização dessa informação de forma mais eficaz. Lembro o caso da demografia histórica na qual se utilizam várias ferramentas para o desenvolvimento de estudos com metodologias de fácies quantitativo. As novas tecnologias permitem outro aspeto muito interessante: a reprodução/

digitalização de documentação escrita ou cartográfica e a sua disponibilização em linha. Essa evolução tecnológica em conjunto com a internet possibilita um acesso mais rápido, fácil e menos burocrático aos fundos documentais, permitindo ainda a pesquisa à distância, sem a necessidade de deslocação física aos arquivos ou bibliotecas, portanto, facilitando os processos de acesso à informação. No meu trabalho de investigação, recorro muitas vezes a fundos disponibilizados em linha, sejam de documentação histórica escrita, de cartografia ou de iconografia. Por outro lado, recorro igualmente a artigos, livros ou outros tipos de estudos editados ou disponibilizados em PDF, bem como, a bases de pesquisa em linha que permitem recuperar títulos ou informações, às quais, de outra forma, seria muito difícil ter acesso. Há ainda a questão dos mapas, das imagens ou das figuras ilustrativas, que elaborados ou observados através das novas tecnologias, possibilitam, por exemplo, uma apresentação das áreas objeto de estudo ou a leitura de certos aspetos da evolução das paisagens.

COMO É QUE AS SUAS CRENÇAS E OPINIÕES INTERFEREM NA SUA INVESTIGAÇÃO?

O historiador deve manter-se o mais isento possível quando analisa o seu objeto de estudo. Se não o fizer, incorre no erro de cometer anacronismo ou de não desenvolver uma análise crítica apurada.

Obviamente que a produção de ciência histórica é feita pelo ser humano, logo, é muito difícil que as crenças e opiniões surjam completamente arredadas do seu trabalho científico. Desde logo, a escolha por um tema em detrimento de outros, pode resultar, e normalmente resulta, de questões pessoais de quem o escolheu e o vai desenvolver. No entanto, mesmo que tenha uma certa afinidade pelo tema, deve sempre tentar construir uma análise isenta. Nesse processo, as fontes assumem uma importância acrescida, uma vez que a História se consubstancia na demonstração das ideias e afirmações dos autores através da referência às suas fontes de pesquisa. Embora possa haver diferentes interpretações acerca de uma mesma fonte histórica, há sempre a possibilidade de se recuperar a informação e confrontá-la, permitindo que análises mais opinativas ou enviesadas politicamente, religiosamente, economicamente ou socialmente, possam ser rebatidas. No meu caso, embora tentando sempre procurar a isenção, é natural que involuntariamente tenha alguma vez expressado alguma opinião menos correta. Julgo que talvez a maior influência na minha investigação seja a visão ocidental, o que, queiramos ou não, tem o potencial de influenciar.

2.5. PAUL FREEDMAN

YALE UNIVERSITY

Department of History

FROM WHERE DO WE START A RESEARCH?

I would say with a problem or puzzle that we want to solve, or an area of information we want to find more about.

WHAT IS FOR YOU A HISTORICAL RESEARCH?

It depends on the field. Most of what has interested me involves archives and other repositories of primary historical materials. But if you were interested in the history of mentalities, you would be lively to begin with texts, or for material culture, objects.

WHAT ARE AND WHAT AREN'T HISTORICAL SOURCES?

I'm not sure there is anything that is not potentially an historical source. Naturally you have to choose a hierarchy of reliability and worth. So, for example, a popular book from 1930 on the Templars that says they were guilty is worthless as an historical source for an inquiry concerning their arrest and condemnation in France, but might be useful for an historical treatment of the legend of the Templars and its persistence in modern popular culture.

WHAT TYPE OF METHODOLOGY DO YOU LIKE TO USE?

I most like archival research so the methodologies involving diplomatic, paleography and other rather traditional approaches.

WHAT ARE THE BIGGEST DIFFICULTIES DURING RESEARCH?

For American scholars, funding and access in order to consult libraries and archival collections abroad. In general, the difficulties of finding out what is in a given collection. But the most upsetting is the refusal of many archives and libraries to let you see the original documents, especially when they tell you to use their often unreadable microfilms.

HOW DO YOU LINK NEW TECHNOLOGIES WITH YOUR RESEARCH?

Digitization of texts is the most important for me. Partly because of age and partly because of the ways US academia is organized (less laboratory-like teamwork), I have not used new techniques of archaeology such as stable isotope or DNA.

HOW CAN YOUR BELIEFS AND PERSONAL OPINIONS INTERFERE WITH THE RESEARCH?

I don't think there is so much of an ideological interference with research among credible scholars (as opposed to fights over things like whether the Muslims destroyed civilization and other dangerous but manifestly wrong polemics). A big problem, however, is setting out to find answers and not liking what you find the temptation to ignore results that undermine the thesis or hypothesis you might have started with.

2.6. ROBERT BARTLETT

UNIVERSITY OF St. ANDREWS, SCOTLAND
Department of Medieval History

FROM WHERE DO WE START A RESEARCH?

These are indeed big questions!

WHAT IS FOR YOU A HISTORICAL RESEARCH?

All we know about the past is from the traces it left behind.

WHAT ARE AND WHAT AREN'T HISTORICAL SOURCES?

If there are no traces, we can know nothing.

If there are traces, we need to know how and why they were produced and how and why they were preserved.

WHAT TYPE OF METHODOLOGY DO YOU LIKE TO USE?

The research we can do is determined by that.

WHAT ARE THE BIGGEST DIFFICULTIES DURING RESEARCH?

Any trace at all is a historical source - traditional written ones, like chronicles and documents, physical ones, like tree rings, linguistic ones, like evidence that two languages have a common source.

HOW DO YOU LINK NEW TECHNOLOGIES WITH YOUR RESEARCH?

And our questions will determine the evidence we need.

HOW CAN YOUR BELIEFS AND PERSONAL OPINIONS INTERFERE WITH THE RESEARCH?

And our methods will have to be geared to the material: a charter can be looked at as a piece of matter (is it parchment or paper?), a piece of rhetoric (where did that Latin phrase come from?) or from the point of view of law and power (did kings really claim the power to do that?).

The biggest difficulties doing research? - learning many languages, technical skills like paleography, accessibility of sources, shortness of human life.

And there is no doubt that "beliefs and opinions can interfere with the research" - except for entirely impartial historians like myself of course!

3.

**DEPOIMENTOS
DE INVESTIGADORES
JUNIORES**



3.1. CARLOS SILVA

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

O trabalho de investigação teve por objetivo central traçar o perfil biográfico e decifrar a carreira-padrão de três protagonistas políticos que foram eleitos como primeiros presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, no seguimento de revoluções ocorridas nos séculos XIX e XX em Portugal.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

Por dificuldade de acesso a Bibliotecas devido à pandemia, optei por recorrer a múltiplos sítios da internet, coligir dados em monografias e em livros digitais publicados pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Assembleia da República, Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Grémio Lusitano e repositórios digitais de Universidades. A consulta de teses académicas serviu para colmatar falhas na documentação base e para cruzar dados obtidos nos diversos repositórios.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

Sim, sem dúvida. Foram as tecnologias de informação e o facto de já existirem muitos documentos digitalizados disponíveis em plataformas digitais que permitiu o acesso à informação, que de outro modo estaria inacessível para consulta por meios presenciais.

ENUNCIE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA?

A maior dificuldade foi lidar com tanta informação, cruzar dados dos documentos para aferir, ou melhor, para assegurar um grau elevado de veracidade e sistematizar as conclusões.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

É uma atividade que requer um conhecimento na área da História muito

profundo, a aplicação de metodologia adequada e operações processuais de crítica e interpretação de grande complexidade técnica. Ao fazer-se investigação e ao comunicar os resultados, um indivíduo está a reconstruir o passado, e se as coordenadas da metodologia e os processos estiverem errados, ocorrem imprecisões que acabam por confundir a História e não ter nada a acrescentar ao tema.

3.2. JOÃO DIAS

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

A investigação que efetuei, intitulada “Impacto das Revoluções e conflitos do século XIX no concelho de Esposende”, centrou-se numa análise socioeconómica das consequências das diversas revoluções que aconteceram a partir dos finais do século XVIII e se propagaram durante todo o século XIX, aplicadas ao concelho de Esposende.

Desta forma, propus-me investigar o impacto social das Invasões Francesas, das Revoluções Liberais e consequentes guerras civis, bem como as medidas de fomento socioeconómico, aplicadas ao concelho durante a subsequente estabilização política, no denominado período da Regeneração. Por fim, na transição para o século XX, abordei ainda a forma e alguns atores da propagação das ideias Republicanas no concelho de Esposende.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

No respeitante às fontes tentei, sempre que possível, recorrer a fontes primárias, nomeadamente aos arquivos paroquiais, mais concretamente aos registos de óbito, que me deram uma visão global sobre o impacto da passagem das tropas francesas no concelho (à época onerava-se no pároco o assento da causa da morte), bem como as atas de vereação do concelho de Esposende, que me deram uma visão mais alargada sobre as atuação dos elementos políticos durante as vicissitudes das diferentes Revoluções, por exemplo, a organização defensiva durante as invasões francesas, reação às diversas proclamações liberais e miguelistas, etc.

Para alargar o espectro de conhecimento, recorri igualmente à bibliografia de autores locais e regionais, com trabalhos publicados sobre as diversas matérias. Felizmente, o concelho de Esposende edita, desde os anos 80, diversas publicações periódicas que se debruçam sobre as mais diversas temáticas históricas do concelho, elaboradas por reputados

autores e historiadores Esposendenses. Tive igualmente a felicidade de poder contar com a contribuição de um dos historiadores que mais obra dedicou ao concelho de Esposende, o Professor Manuel Albino Penteado Neiva, e que após uma conversa, onde o enquadrei sobre o âmbito do trabalho, gentilmente me cedeu alguma bibliografia sobre o tema.

Obtidas as fontes, pautei a metodologia do trabalho numa base comparativa, feita de forma *top-down*, aferindo, em primeiro lugar, o contexto global das Revoluções e mudanças sociais em análise, afunilando até às respetivas consequências nas populações locais do concelho de Esposende, evidenciando, naturalmente, o contexto local e respetivas idiossincrasias.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

As novas tecnologias foram instrumentais para a elaboração do projeto. Posso inclusivamente afirmar que seria praticamente impossível elaborar o mesmo sem recorrer a estas ferramentas.

Em primeiro lugar, porque efetuar um trabalho no contexto pandémico associado à Covid-19, com acesso muito limitado aos recursos bibliográficos, coloca, inerentemente, uma dificuldade

acrescida no acesso físico a esses recursos. Felizmente, a Universidade do Minho catalogou grande parte dos registos paroquiais da região do Minho, bem como foi igualmente possível o envio, por parte do Arquivo Municipal de Esposende, das atas camarárias digitalizadas.

Em segundo lugar, pelo constrangimento temporal. Ser-me-ia impossível, como trabalhador-estudante, dedicar as devidas horas à análise das fontes, se necessitasse de me deslocar frequentemente aos depósitos bibliográficos ou ao arquivo municipal, dificuldade acrescida pelo facto de não residir no concelho em estudo.

Finalmente, pela facilidade de, com as ferramentas certas, me ser possível focar mais na parte investigativa do que noutras tarefas, como gestão bibliográfica e de citações, que, sendo igualmente essenciais numa boa prática investigativa, podem facilmente fazer descarrilar uma correta enumeração e enunciação das fontes. De tais ferramentas, destaco o Mendeley, que não só me facilitou o processo investigativo (permitindo-me facilmente sublinhar e tomar notas eletrónicas), como me auxiliou imenso no processo de gestão de citações e fontes, catalogando-as conforme a minha preferência e formatando automaticamente as obras na norma NP405 (utilizada pela UAb).

ENUNCIE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA?

Deparei-me efetivamente com bastantes constrangimentos. O primeiro, que creio partilhar com a grande maioria dos alunos desta licenciatura, reside no facto de ser trabalhador estudante e estar aprioristicamente limitado no tempo que consigo despender à investigação propriamente dita. Seria maravilhoso passar o dia nos arquivos e nas bibliotecas à procura do “Santo Graal” da investigação, mas, infelizmente, tal não foi de todo possível.

A segunda grande dificuldade foi no ano em que efetuei esta investigação (2021), evidentemente, a crise pandémica provocada pela Covid-19. Desde a obrigação de permanecer no concelho de residência (diferente do concelho em estudo), que colocou entraves na mobilidade e limitou fortemente a minha possibilidade de obtenção de mais fontes primárias, até às limitações colocadas nos acessos aos próprios espaços, necessitando de marcação prévia e limitado a dias específicos o que, aliado ao ponto anterior, colocou ainda mais entraves ao meu trabalho.

Além de todos estes condicionamentos, o *timing* que necessitava para realizar o trabalho coincidiu com o facto de a Biblioteca Municipal de Esposende

se encontrar em obras e a operar num edifício secundário, com apenas uma pequena parte do espólio disponível e sem hipótese de acesso a obras que me seriam muito úteis na aceção de uma perspetiva mais alargada. Igualmente, o Arquivo Municipal encontrava-se em transição para um novo edifício, sendo-me igualmente impossibilitado o acesso livre à documentação, tendo que enunciar previamente um período temporal, para que me fossem fornecidos os conteúdos de forma digitalizada.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

No que concerne à investigação, fui-me, naturalmente, deparando com algumas dificuldades e momentos de aprendizagem, os quais me permitem concluir que:

- A investigação em História Contemporânea, no respeitante às fontes, facilmente se transforma de bênção em maldição. É de facto, ótimo haver tantas fontes disponíveis, comparativamente a outros períodos da História, no entanto, a quantidade de informação facilmente nos desvia do caminho da objetividade.
- Olhando para fontes secundárias, e tentando seguir uma metodologia

científica correta, apercebemo-nos facilmente de quão inconsistentes podem ser autores menos familiarizados com o processo de investigação. Apanhamos as “manhas” e os atalhos. Deparamo-nos com plágio (des) mascarado, inconsistências várias e com completos desrespeitos pelas fontes primárias e para com o leitor que, querendo saber mais informação, não consegue aferir devidamente a partir dessas determinadas obras. Por outro lado, é possível aferir o inverso, passando a valorizar esses autores e a descartar outros.

- Deparo-me também que, não raras vezes, monografias e trabalhos históricos locais se limitam a “mastigar” obras de outros autores, sem acrescentar grande valor investigativo.
- Talvez uma das maiores aprendizagens retiradas desta investigação, aferido da maneira mais dura, foi o aperceber-me que quem quer ser “alguém” na História tem que saber o mínimo de paleografia, mesmo para História Contemporânea.
- Derivado do ponto anterior, apercebi-me igualmente da dificuldade com que o historiador se depara a decifrar “gatafunhos”, e extrair deles uma verdadeira História.
- Em tom de desabafo, não entendo o porquê de, tendo os arquivos

municipais grande parte do acervo digitalizado, não o disponibilizarem de forma gratuita às populações. Não entendo igualmente, pelo menos no caso do meu concelho, porque tenho que pagar por cópias digitais de arquivo numa entidade pública. Entendia se se cobrasse uma taxa de manutenção no caso de manipulação manual, o que não foi o caso. Tal facto é, na minha opinião, castrador da investigação histórica.

- Vejo igualmente que ainda há um longo caminho a percorrer pelas ciências documentais e arquivos no tratamento destas fontes e sua respetiva disponibilização. Seria muito útil à investigação histórica, que tais arquivos disponibilizassem transliterações dos seus documentos digitalizados.
- Deparo-me igualmente, derivado destas observações, que a História e investigação de âmbito local (não académico) se encontra ainda muito restrita a um grupo de eruditos e curiosos. Não era isto que Bloch sonhava!

3.3. PEDRO ISIDORO

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

A investigação no âmbito de Seminário II centrou-se no extinto concelho de Vilar Maior, na região de Riba Coa.

Embora outros concelhos também extintos nesta região pudessem ter sido escolhidos para esta investigação, Vilar Maior oferecia um desafio acrescido porque não tinha uma historiografia muito extensa.

A pergunta base foi “Porquê”? Porque é que estas terras, estas comunidades, muitas vezes termos de concelhos vizinhos, se destacaram no panorama coevo da região para que merecessem a elevação do concelho, para que recebessem os seus forais e se autonomizassem face aos concelhos de onde tinham saído.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

Tratando-se de uma região fronteiriça disputada durante séculos, existe alguma

abundância de documentos de natureza política e militar.

Por outro lado, existem alguns estudos sobre a época, nomeadamente de historiadores espanhóis de onde é possível extrair informação muito interessante para a temática em estudo.

A Internet, apesar de se mostrar uma ajuda indispensável nesta pesquisa, não evitou a procura de fontes locais e obrigou a fazer contactos com bibliotecas, designadamente a biblioteca de Ciudad Rodrigo onde existem algumas obras de referência sobre a região.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

A Internet é hoje em dia um instrumento único para a realização destes trabalhos de investigação.

Desde logo, porque os motores de busca são facilitadores das pesquisas e porque muita informação necessária, encontra-se já disponível *online*.

Neste particular um destaque para a partilha de trabalhos, estudos e investigações que nos dão um leque muito variado de informação, não só relativamente aos temas em investigação, mas, também, e sobretudo, à bibliografia existente sobre as diversas temáticas.

ENUNCIE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA?

As primeiras dificuldades são de natureza pessoal. Uma investigação coloca-nos em face das nossas próprias escolhas, medos e limitações.

Depois, o resultado da investigação irá refletir o resultado das nossas escolhas em cada momento e por isso a nossa primeira dificuldade é responder à pergunta “será que sou capaz?”, e depois ultrapassar o natural receio inerente ao processo de criação, uma novidade na maioria de nós, em meio académico.

No caso concreto da minha investigação, e uma vez que uma parte da documentação existente se encontrava na biblioteca de Ciudad Rodrigo, a distância e a falta de disponibilidade para deslocações poderia ser a maior dificuldade.

A experiência dos contactos com a biblioteca disse-me que também estes receios foram infundados porque os funcionários da biblioteca sempre

se mostraram muito colaborativos e possibilitaram o contacto à distância com a documentação.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

Penso que a principal ilação a tirar é que uma investigação não é o “bicho papão” que dela fazemos antes de a começar.

É exigente, obriga a um trabalho de pesquisa, de recolha e compilação da informação e a uma conclusão fundamentada, conclusão esta pessoal e que resulta apenas da investigação que efetuamos e é isso que a torna única e de certo modo um prémio do nosso esforço.

3.4. SÉRGIO FERREIRA

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

Este trabalho partiu de uma questão simples e objetiva que é colocada amiúde pela generalidade da população açoriana e pelos florentinos em particular: “Por que razão a ilha das Flores, nos Açores, território com uma superfície reduzida e um baixo quantitativo populacional, tem dois municípios?” Este foi o mote que dirigiu a concretização do objetivo geral da investigação: reconstruir historicamente, embora de forma necessariamente sintética, o processo que levou à formação e manutenção de dois municípios na ilha das Flores, apesar das características físicas e humanas do território, numa primeira leitura, parecerem tornar esta realidade implausível. Na verdade, ilhas com quantitativos populacionais mais elevados e maior área territorial – Faial – ou apenas com população mais elevada – Santa Maria e Graciosa – apenas têm um concelho.

A História e os historiadores têm esta importante missão: estudar o passado

para compreender esse passado, mas também para dar sentido ao presente. É uma ciência que se liga muito fortemente a aspetos identitários que influem muito claramente na nossa cosmovisão e na cidadania, na esteira de Marc Bloch: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente.” Daqui se conclui que o passado e presente não são estranhos um ao outro. Creio que isso ficou claro, pois a investigação ajudou a perceber uma interrogação atual, através da narrativa do processo que levou à manutenção dos dois concelhos na ilha desde o dealbar do século XV, altura em que já era visível a bimacrocefalia do povoamento que corresponde às atuais sedes de concelho: Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

Este trabalho teve grande amplitude cronológica – cerca de cinco séculos que compreendem o tempo desde a

descoberta e povoamento da ilha das Flores, na primeira metade do século XV, até os dias de hoje – sobre um tema também amplo, a organização política e administrativa no espaço –, embora balizado por uma questão de investigação muito concreta. Foi uma abordagem panorâmica, aparentemente imprudente e desaconselhada nos estudos de caráter monográfico. Todavia, no caso deste trabalho, considerando que o estudo destas temáticas para a ilha das Flores é muito lacunar, uma investigação com estas características justifica-se como aproximação. A abordagem metodológica seguida integra-se, pois, nos estudos exploratórios em que o objetivo principal foi problematizar o tema, fazer emergir documentos e pistas de investigação para que estudos futuros possam completar com maior detalhe o quadro aqui traçado.

As fontes utilizadas foram diversificadas e compreenderam a bibliografia relacionada com o tema, os atlas geográficos, as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística e os estudos demográficos.

Através da revisão bibliográfica, procurámos identificar e caracterizar os principais períodos de poder local nas Flores, fazendo brotar os principais documentos históricos relacionados com o processo de formação dos dois concelhos, integrando-os na narrativa histórica do poder local na ilha das Flores. A obra de Francisco

Pimentel e a “Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores”, têm apêndices bastantes completos com referência a documentos e extratos desses mesmos documentos que permitiram concretizar o nosso trabalho.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

As Tecnologias de Informação (TI) e a comunicação em Rede são, efetivamente, uma maisvalia na investigação no tempo corrente. Vivemos um admirável mundo novo na investigação, em que o acesso aos documentos e às pessoas que podem participar na investigação é cada vez menos condicionado pela Geografia. O esmagamento do espaço geográfico pelo ciberespaço é, pois, uma excelente notícia.

Fiz toda a licenciatura num dos espaços mais isolados do território português, a ilha das Flores, o extremo ocidental da Europa, que dista aproximadamente 500 km de Ponta Delgada e 2000 km de Lisboa. Ao longo de todo o curso, o acesso a documentos, por exemplo, a bases de dados, artigos científicos pela via da *B-on*, estatísticas, cartografia, etc. foi fundamental, pois a minha biblioteca pessoal e as bibliotecas públicas locais, naturalmente, não permitem o acesso a

este acervo. De igual modo, o contacto com professores, colegas, especialistas também potenciou a partilha. O grupo International History Students & Historians Group – IHSHG –, criado e gerido pelo João Viegas, é um exemplo desse potencial: semanalmente oferece a possibilidade de ouvir historiadores e em conversar com eles.

As TI também permitem a divulgação – uma parte importante do trabalho de investigação, infelizmente secundarizada –, no caso desta investigação apresentámos o nosso projeto num encontro *online* via Zoom, promoveu-se um debate no IHSHG, do qual resultou a entrevista reproduzida neste livro e preparámos todo o processo de publicação do livro que o leitor tem à sua frente.

ENUNCIE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA?

O essencial é definir uma linha de rumo. As questões e os objetivos de investigação têm de estar claramente identificados, sem com isto se comprometer a exploração de caminhos secundários que surjam na exploração dos documentos, mas, também, sem que isso signifique enveredar por assuntos que não se relacionam com o que definimos, por mais interessante que possam parecer. Foi necessária disciplina para se evitar este erro.

Uma calendarização realista, uma boa gestão do tempo que contemple trabalho sistemático são fatores fundamentais para conseguir levar a investigação a bom porto. Eu enfrentei esta dificuldade, na primeira vez em que estive inscrito no Seminário II. Na verdade, por contingências da minha vida profissional e pessoal, não consegui fazer este trabalho sistemático, a calendarização começou a não ser cumprida e isso tornou impossível a conclusão do trabalho naquele ano. Esta é uma grande dificuldade e não podemos facilitar.

O trabalho do historiador é condicionado pelas fontes disponíveis, vivemos tempos em que a humanidade se recolheu face à ameaça global da Covid-19, o acesso à documentação foi mais limitado. Sabemos que as atas dos dois municípios têm informação sobre o processo de formação dos dois concelhos que só parcelarmente está reproduzida na bibliografia (e apenas como apêndices documentais sem enquadramento narrativo). O acesso a estes documentos seria importante para uma problematização mais rica. Porém, não foi possível aceder aos arquivos em tempo útil. Não obstante, este trabalho manteve a sua pertinência, pois, a escassez de trabalhos sobre a ilha e o quase vazio de estudos sobre a evolução e organização do poder local, nomeadamente da afirmação dos dois municípios, justifica-o. Ademais, possibilitará que, no futuro, já

fora do âmbito desta disciplina, é certo, se aprofunde a investigação. Fazendo a ponte com o que referi na questão anterior: políticas de migração destes documentos para o ambiente *online*, pelas entidades que os detêm, é uma boa prática para a sua perpetuação no tempo e acesso por todos.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

Consolidei a modo como entendo a História. A História é uma ciência que não dispensa a crítica interna e externa aos documentos e uma análise cientificamente fundamentada dos documentos na sua relação com outros documentos e com o conhecimento construído. Concomitantemente, a História é uma arte sustentada na narrativa, narrativa que radica não na imaginação ou de especulações que não podem ser sustentadas na prova documental, mas na narrativa inextirpável da prova documental.

Os historiadores frequentemente não têm respostas completamente objetivas, sintéticas e definitivas às questões que colocam. Respondem à pergunta problematizando-a, enquadrando-a no contexto histórico, procuram percebê-la com base na imensidão de variáveis – que

podem ser lidas de diferentes perspectivas – e, a partir daí, tecem a sua narrativa. É neste sentido que a História conjuga, pois, ciência e arte.

3.5. TELMA AMORIM

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

O meu trabalho de investigação teve como objetivo principal procurar discernir sobre a importância da Fábrica da Pólvora de Barcarena. A sua importância não só para o concelho de Oeiras, como também para a nação portuguesa, porquanto foi criada para fazer face às necessidades de um país em expansão na epopeia dos descobrimentos e acompanhou sempre os projetos políticos e económicos coevos. A partir desta questão base foi feito um enquadramento geográfico e histórico quer do concelho de Oeiras, quer da própria Fábrica da Pólvora de Barcarena onde se analisaram os fundamentos da sua criação, as diversas administrações por que passou, bem como as suas principais inovações tecnológicas.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

Para o presente Relatório de Investigação foram utilizadas fontes documentais,

nomeadamente livros e monografias previamente recolhidos através de pesquisa arquivística presencial na Biblioteca Municipal de Oeiras, bem como artigos constantes de publicações disponíveis em acervos *online* como o Repositório Aberto, pertença da Universidade Aberta.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

As Novas Tecnologias e principalmente a comunicação em Rede modificaram profundamente a conceção de tempo e espaço relativamente à pesquisa académica. Já não é necessário ao investigador ter de se deslocar aos grandes centros urbanos, onde se situam as bibliotecas e os grandes centros de pesquisa, para ter acesso às fontes e mesmo para poder trabalhar em tempo real com os colegas e desta forma contribuir para a distribuição da informação.

No meu caso concreto, e pela decisão de encerramento de todos os arquivos, determinada pelo estado de emergência decorrente da pandemia, a exploração

das tecnologias de comunicação consubstanciada no recurso a diversos sítios da internet foi fundamental. Destes sítios, venho destacar o Repositório Aberto, pertença da Universidade Aberta, onde foram encontradas digitalizações das principais obras relacionadas com a temática do meu trabalho de investigação, sem as quais, certamente, o trabalho se tornaria inviável.

ENUNCIE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA.

No meu caso concreto, a principal dificuldade com que me deparei foi a de seguir o meu plano de investigação. A quantidade de informação encontrada, aliada à minha curiosidade pelos pormenores secundários e mesmo paralelos à questão de base, levou a que, por vezes, não tivesse seguido à risca o plano de investigação, nomeadamente em relação ao cronograma.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

A principal ilação retirada foi a de que é um trabalho muito complexo, pois implica uma grande capacidade de análise, de discernimento e muita paciência para tentar superar as dificuldades por

vezes encontradas. Em contrapartida, é um trabalho muito enriquecedor e extremamente viciante porque vamos querer sempre investigar mais, quer seja para uma variante do tema inicial ou mesmo para uma nova temática sugerida por algum documento consultado durante a investigação.

3.6. OVÍDIO DE SOUSA VIEIRA

UNIVERSIDADE ABERTA

Estudante de Licenciatura em História

QUAL A QUESTÃO DE BASE QUE INVESTIGOU? POR OUTRAS PALAVRAS, QUAL FOI O MOTE DO SEU TRABALHO EFETUADO NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II?

O trabalho, enquadrado no estudo mais vasto do Municipalismo Português, teve por título “*A Eloquência dos Silêncios: O Exemplo de António José Vieira da Rocha – Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima de 1843 a 1846*”, o qual foi apresentado, em conjunto com a Prof.^a Doutora Maria Rosário Bastos, no Seminário Desenvolvimento Local Sustentável, realizado no Auditório Municipal de Ponte de Lima, a 15 de maio de 2010.

A partir de um trabalho que se pretendia mais vasto e ambicioso, definiu-se a atividade de um Presidente da Câmara, num período bastante difícil da nossa História, para aprofundar e apresentar publicamente, servindo essa apresentação como fator principal de avaliação da Unidade Curricular.

QUAIS AS FONTES E METODOLOGIA A QUE RECORREU PARA O SEU RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

As principais fontes foram consultadas no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, nomeadamente os Livros de Atas de Vereação, Correspondência Diversa, Documentos Avulsos, para o período em causa, bem como o recurso a vasta bibliografia especializada sobre a época, sobretudo a que versava sobre questões regionais.

Depois de leitura aturada das fontes, passou-se à estruturação do trabalho, tarefa bastante árdua e que mereceu muita orientação da Docente, tendo permitido, no final a seguinte estruturação do trabalho, aqui apresentada de maneira extremamente resumida.

- Introdução tendo por base os termos Desenvolvimento e Sustentabilidade/ apelo à memória histórica individual, coletiva e nacional;
- Ligeiro enquadramento da conjuntura sociopolítica nacional e regional entre 1842 e 1847 – O papel do Minho: “Eleições do Minho de 1845”, “Revolta da Maria da Fonte” e “Patuleia”;

- Problematização;
- Estabelecimento de eventuais paralelismos entre dois atores principais, ambos Presidentes da Câmara Municipal de Ponte de Lima: António José Vieira da Rocha e José Joaquim Vieira da Rocha;
- Ligeira dissertação abordando as principais ações em prol do desenvolvimento do Município entre 1843 e 1846, durante a Câmara presidida por António José Vieira da Rocha e, interinamente, por José Joaquim Vieira da Rocha;
- Conclusões;
- Epílogo.

Em termos de conclusões, obtivemos as seguintes:

- Apenas e só um estudo de caso que, pelos silêncios da história, despertou curiosidade e serviu de mote ao presente trabalho;
- Existem muitos outros silêncios que merecem, tal como este, estudo criterioso e uma abordagem rigorosa e cientificamente orientada;
- Estudaram-se relações políticas e sociais, num período conturbado da História local, regional e nacional, contribuidoras para uma melhor perceção do desenvolvimento municipal;

- Outros silêncios procuram libertar-se, através de um autêntico grito de achega para o conhecimento, e aguardam interpretações numa procura da verdade histórica, sempre inalcançável e, por isso mesmo, eternamente enriquecedora.

As quais, por sua vez, deram origem ao seguinte Epílogo:

- Quanto melhor soubermos interpretar os Silêncios da História, mais preparados estamos para dar sustentabilidade científica ao nosso Passado comum, preservando o Presente e projetando de uma forma consciente o Futuro dos nossos vindouros.

CONSIDERA QUE AS CHAMADAS NOVAS TECNOLOGIAS E A COMUNICAÇÃO EM REDE FORAM UMA MAIS-VALIA PARA CONSEGUIR INVESTIGAR? PORQUÊ?

Sim, sem dúvida. Permitiram-me imensas consultas em linha a arquivos, sobretudo ao Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

O trabalho em rede desenvolvido com colegas e outros investigadores, com quem entrei em contacto através das Novas Tecnologias, foram primordiais para o desenvolvimento do trabalho.

Por último, e mais importante ainda, os recursos às mesmas tecnologias, para o acompanhamento e orientação do

desenrolar do trabalho por parte da Prof.^a Maria Rosário Bastos.

Objetivos, metodologias, disciplina e, não resisto a afirmar, muito gozo.

ENUNCIE, POR FAVOR, AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE ENCONTROU PARA LEVAR A CURSO A SUA TAREFA?

Senti como dificuldade principal a seleção das fontes, a descoberta de “peneirar” as mesmas, sob pena de entrarem divagações desnecessárias que originariam perdas de tempo e falta de concentração nas temáticas principais.

Sabemos que, a maior parte das vezes, menos é mais, se soubermos definir o objetivo, sem sair de um trilho ou rumo pré-definido, o que, a maior parte das vezes, em História pode suceder, atendendo que todos os dias nos deparamos com fios condutores distintos.

Essencial, em todo o processo, a imprescindível orientação.

QUAL A PRINCIPAL ILAÇÃO QUE RETIROU APÓS TER CONCLUÍDO ESTA SUA ABORDAGEM A UM TRABALHO CIENTÍFICO PRELIMINAR EM HISTÓRIA?

Independentemente dos esforços a que somos obrigados, trabalhar metodologias, com disciplina e orientação, tendo por base um tema e objetivos, dão-nos ferramentas extraordinariamente úteis como artesãos da História.

4. ENTREVISTA AOS AUTORES DOS RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO REALIZADOS NA UNIDADE CURRICULAR DE SEMINÁRIO II (2019-2020)

Enquadramento: a entrevista que abaixo se apresenta foi realizada no dia 14 de outubro de 2020, no programa “À conversa”, do *International History Students & Historians Group* (IHSHG), em forma de *webinar* e transmitida em *streaming* através das redes sociais.

O projeto IHSHG tem por objetivo divulgar o conhecimento histórico e promover o debate da História. O programa “À conversa” ocorre às quartas-feiras e tem contado com a participação de um alargado número de historiadores e de especialistas de áreas afins.

A entrevista em si ocorreu na sequência de um processo que se iniciou na Unidade Curricular (UC) de Seminário II, que integra o segundo semestre, do segundo ano, do currículo da licenciatura em História, da Universidade Aberta. Nesta UC é solicitado aos estudantes do segundo ano da licenciatura em História a realização de uma investigação e redação original que resulte do trabalho de pesquisa, tratamento e análise de fontes. É, pois, o primeiro contacto dos estudantes da licenciatura em História com a investigação nesta ciência.

No ano letivo 2019/2020, a docente titular da UC, Professora Doutora Maria Rosário Bastos, reconhecendo qualidade em alguns relatórios recebidos, incentivou os alunos – autores dos trabalhos – a comunicarem os seus resultados. Assim, no dia 3 de outubro de 2020, realizou-se um *webinar* para apresentação dos trabalhos. O evento foi aberto ao público em geral, mas teve como público preferencial os estudantes da licenciatura em História, da Universidade Aberta, e contou com a presença de dois representantes da reitoria desta Universidade: o Vice-Reitor para o Ensino, Formação e Organização Académica, Professor Doutor José das Candeias Sales e a Pró-Reitora para a Inovação e Gestão Pedagógica, a Professora Doutora Darlinda Moreira.

Em sequência, a Professora Maria Rosário Bastos e os estudantes envolvidos viram como útil a realização de uma entrevista para que pudessem debater os seus trabalhos e refletir sobre as suas práticas de investigação, pois considera-se que o conhecimento construído pode ser útil para as atuais e futuras gerações de estudantes. É esta entrevista

que abaixo se apresenta. Resta acrescentar que a transcrição da entrevista foi feita pelos próprios intervenientes, a saber:

- 1) O **IHSHG**, aqui representado na pessoa do seu presidente João Viegas.
- 2) Os estudantes entrevistados: **CS** – Carlos Silva, **LC** – Lúcia Cardoso, **SF** – Sérgio Ferreira e **TA** – Telma Amorim.
- 3) A Professora coordenadora deste projeto: **MRB** – Maria Rosário Bastos.

IHSHG – Um especial agradecimento aos intervenientes neste projeto pela sua disponibilidade e nosso reconhecimento pelo excelente trabalho realizado. Com ajuda da Professora Maria Rosário Bastos – que selecionou este painel – pretendemos desmistificar, ou pelo menos desconstruir, o que é abordado nesta UC e como o é feito. No fundo, é uma tentativa de passar para os alunos da licenciatura em História, algumas das nossas experiências, receios e incertezas.

Com esta entrevista, quisemos questionar estes quatro estudantes sobre a sua experiência e percurso que conduziu aos excelentes relatórios de investigação apresentados. Esperamos que, no final, tenhamos conseguido aquietar algumas das dúvidas que assolaram todos nós, munindo assim as gerações posteriores de melhores ferramentas.

Cada um dos colegas efetuou um relatório de investigação sobre um tema diferente que passamos agora a apresentar:

- O Carlos Silva – **CS** – fez um relatório de investigação com o título “Presidentes da

Câmara de Lisboa durante a transição de regimes constitucionais.” O Carlos fez a biografia de três presidentes eleitos na sequência das revoluções ocorridas nos séculos XIX e XX em Portugal. Passamos a enunciar um pequeno resumo do que foi a proposta do Carlos:

A ideia base para a realização do trabalho, partiu do efeito das revoluções ocorridas nos séculos XIX e XX em Portugal. São marcos históricos do país, contudo, somente alguns desses acontecimentos revolucionários desencadearam reformas profundas na sociedade, ao ponto de criarem situações político-sociais disruptivas, novos textos constitucionais e mudanças no regime político. Essas alterações nucleares foram muito importantes na renovação dos órgãos e instituições nacionais, com reflexo na governação municipal.

No que concerne aos municípios como órgãos de administração pública autónoma, as mudanças e o conjunto de alterações estruturais foram muito relevantes, modificaram estruturas, a composição e a configuração dos seus

órgãos, criando novos modelos de decisão de governação municipal e novas formas de aproximação do estado à sociedade civil.

Partindo deste enquadramento, colocou-se a questão: “Quem constituiu o poder local no município de Lisboa, nas mudanças do regime constitucional?” Como propósito de estudo, o Carlos pretendeu captar permanências e mudanças no microcosmo político do poder local, com particular enfoque na cidade de Lisboa, em momentos de mudança de regime, como a Revolução Liberal de 1920, a Revolução Republicana de 1910 e a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Não considerou para o estudo, o impacto da Revolução de 28 de Maio de 1926, porque a alteração de regime constitucional, não desencadeou um processo de sufrágio para eleições de cargos municipais (que era uma das premissas do estudo). A partir daqui, recolheu dados e informações para traçar o perfil e decifrar a carreira padrão de três pessoas, que foram eleitas como primeiros presidentes da Câmara Municipal de Lisboa após as revoluções (o Francisco António de Campos, o Anselmo Braamcamp Freire e Aquilino Ribeiro Machado).

Algumas conclusões do estudo, estão relacionadas com o facto de as revoluções terem desencadeado novas mentalidades, novas ideias de progresso,

novas abordagens para o desenvolvimento e novos protagonistas governamentais. Sendo o município de Lisboa o palco político de um país centralizado, é o local onde a elite aristocrática intelectual e a burguesia comercial estão mais próximas das instâncias do poder, e onde se estabelecem as estratégias de novos protagonistas no acesso ao poder no estado. Os protagonistas das novas elites, substituem os das elites anteriores, mas mantêm a continuidade no grupo dominante, incluindo a ocupação de lugares superiores em sociedades secretas e onde os protagonistas políticos entrecruzam a sua ação sociopolítica, entre o poder central e o poder local, de acordo com as entidades e as estratégias políticas de grupos.”

Passamos a apresentar um pequeno resumo daquilo que foi o relatório de investigação da Lúcia Cardoso – **LC** –:

O trabalho efetuado pela Lúcia teve como título “Uma questionável divisão administrativa no séc. XIX: o isolamento de um território.” A investigação focou-se na reforma administrativa discutida nas cortes legislativas de 1822 e 1823. A constituição de 1822 deu origem a um projeto de decreto sobre a divisão do território português em províncias, julgados e concelhos. Procurar-se-ia fazer coincidir a divisão judicial com a administrativa, diminuindo assim a desigualdade de

superfície e arredondando o mais possível os concelhos.

O que aconteceu ao concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, foi uma divisão administrativa muito fragmentada e, no mínimo, muito invulgar. Estas terras que tinham um foral desde 1513, outorgado por D. Manuel I, vão ser divididas por vários concelhos (Amarante, Lousada, Celorico de Bastos, Penafiel e Marco de Canavezes). Além disso, Santa Eulália de Banho e São Romão de Carvalhosa, são um pequeno território esguio que fica a pertencer a este último concelho, mas cercado pelo concelho de Amarante, território que administrativamente nada tem a ver com o primeiro. Não era, portanto, uma vantagem arredondar os concelhos até que o problema da segurança das populações, fosse resolvido de forma mais célere? Que poderes locais, económicos e políticos dispuseram esta terra em isolamento geográfico e administrativo?

Queremos compreender que critérios foram usados para que este território com 4,93 km², tenha ficado a pertencer ao concelho de Marco de Canavezes e não ao de Amarante, de acordo com a política governamental oitocentista. No trabalho, procura-se descrever algumas consequências que advieram desta divisão administrativa para a população que aí viveu, que ainda vive e que está demasiado esquecida.

O trabalho realizado pelo Sérgio Ferreira – **SF** –, intitulou-se “A evolução da organização do poder local na Ilha das Flores, dos donatários do tempo dos Teives, à afirmação dos dois municípios.” Esta investigação partiu de uma questão frequentemente chamada à colação do debate político e social: por que razão a Ilha das Flores, território com uma superfície reduzida e baixa população, tem dois municípios?

O objetivo principal deste trabalho é compreender o processo que, ao longo da História, levou à formação e manutenção dos dois municípios nas Flores, apesar das características físicas e humanas do território parecerem tornar esta realidade implausível.

Para nortear a narrativa definiram-se quatro objetivos subsidiários: caracterizar o ambiente físico e social da Ilha das Flores, relacionando-o com o exercício do poder local desde 1452 aos nossos dias; descrever os principais momentos no exercício do poder local na Ilha das Flores; fazer emergir os principais documentos históricos relacionados com o processo de formação dos dois concelhos, integrando-os na narrativa histórica do poder local na Ilha das Flores; identificar os motivos que estiveram na origem da manutenção dos dois concelhos na ilha.

Os resultados alcançados mostram que, desde os primórdios do povoamento, se

afirmou uma dupla macrocefalia do poder das suas vilas e este lastro histórico foi suficientemente forte para conservar dois concelhos até ao tempo atual. Na viragem da centúria de 1800 para 1900, quando efetivamente se extinguiu o concelho das lajes, a hierarquia concelhia revelou-se poderosa a ponto de fazer reverter a decisão.

Por fim, a Telma Amorim – **TA** – fez um relatório de investigação sobre “A importância da Real Fábrica de Pólvora de Barcarena”, com uma baliza temporal compreendida entre 1725-1820.

As origens da Fábrica da Pólvora de Barcarena recuam ao século XVI, acompanhando o movimento de expansão ultramarino, coincidindo com a época do desenvolvimento industrial. Inserida na zona do termo de Lisboa, no concelho de Oeiras, vai beneficiar de condições geográficas propícias para a sua prosperidade, nomeadamente a localização próxima do Estuário do Tejo e a existência da Ribeira de Barcarena, que lhe vai proporcionar os recursos hidrográficos necessários à laboração.

Ao longo dos seus quase 500 anos de produção, foi acompanhando a necessidade de pólvora que se fazia sentir no reino e, assim, via aumentar o seu estatuto e importância. Ao longo deste período, sofreu uma assinalável evolução no fabrico de pólvora, tendo o início

do séc. XVI sido a sua época áurea. De facto, foi em 1729 que se estabeleceram as pequenas unidades fabris ao longo da ribeira de Barcarena. A sua construção esteve sob a tutela de António Kremer, vai reedificar totalmente a fábrica e manter constantes a produção e o fornecimento de pólvora ao país.

As ampliações do decurso do séc. XVIII e as importantes inovações adotadas por Bartolomeu da Costa, particularmente quanto ao estrito cumprimento de novas formas de segurança, em finais do séc. XIX, com a instalação de uma central a vapor, são outros marcos importantes na História da Real Fábrica de Pólvora de Barcarena. Embora os seus acidentes tenham ceifado muitas vidas de operários, foi sem dúvida um marco de grande importância, quer para o concelho de Oeiras, quer para Portugal.

Finda a apresentação destes trabalhos, prosseguiremos com algumas questões aos intervenientes, devidamente enquadradas com o projeto desenvolvido pelos mesmos.

IHSHG – O Carlos mencionou, durante a apresentação do seu trabalho, que tinha tido algumas dificuldades na pesquisa do nome “Henriques”. Como contornou as omissões nas fontes históricas e como rastreou/avaliou a informação?

CS – Foi fruto de uma pesquisa intensiva, da qual pensei várias vezes em desistir, pois não encontrava uma razão para esta pessoa

ter deixado cair o seu apelido. Em toda a documentação consultada na Câmara Municipal de Lisboa e na Câmara do Comércio de Lisboa, o apelido “Henriques” tinha sido omitido. Este percalço causou-me muita confusão e senti-me fora de pé, pois tinha encontrado o apelido “Henriques” na matrícula da dita pessoa, na Universidade de Coimbra, em 1801. O parentesco coincidia com o apelido, no entanto o mesmo desaparece e só volta a constar da sua assinatura aquando da sua nomeação pela rainha D. Maria II. Nesta ocasião assina com o apelido “Henriques”, o que não deixa de ser curioso.

Foi quando estava perto de desistir que consegui encontrar uma fonte em que a assinatura, o apelido “Henriques”, estava presente. Em toda a outra documentação consultada, o Presidente aparece apenas como “Francisco António de Campos”, mesmo como deputado da Câmara dos Deputados. No próprio arquivo da Assembleia da República, consta apenas como “Francisco António de Campos.”

Fica por desvendar este mistério, mas há que sublinhar que só através de perseverança consegui encontrar fontes que me permitiram a comparação e a conclusão de que se tratava da mesma pessoa, apesar de por vezes o apelido constar da sua assinatura, e outras vezes não.

IHSHG – Acaba de referir uma dificuldade que foi aqui encontrada – e que muita gente passa por ela – que resulta de muitas vezes os nomes não baterem totalmente certo e o que é que se pode fazer para ultrapassar isso. O Carlos deixou-nos aqui um bom exemplo, a estratégia é continuar a insistir e pesquisar um pouco mais. Obrigado, Carlos.

CS – Só para terminar: o nome “Henriques” era para esconder a origem judaica. Estava um pouco fora do âmbito de estudo, mas, ao longo do trabalho, cheguei à conclusão de que ele quis ocultar essa ascendência judaica. O “Henriques” vinha de uma família que tinha sido expulsa, no século XVI, de Espanha. A investigação é mesmo isso. Nós chegamos a lugares que nunca esperaríamos. Nós começamos num tema que se ramifica e a investigação é isso.

IHSHG – A Lúcia teceu alguns juízos de valor sobre a organização dos concelhos e colocou algumas questões pertinentes no trabalho que fez. Até que ponto esta questão pode ajudar a aprofundar a pesquisa efetuada, ou em que medida pode condicionar a mesma, conformando-a à sua própria ideia? Por outras palavras, até que ponto o juízo de valor pode influenciar de forma positiva ou negativa a pesquisa?

LC – Quando vim morar para a freguesia de Banho e Carvalhosa, pertencente ao concelho de Marco de Canavezes, senti

muito todas as fragilidades desta terra. Senti que, e esquecendo um bocadinho a modéstia, eu precisava de fazer alguma coisa por esta freguesia. Quando a Professora Rosário deu esta oportunidade aos alunos de trabalharem sobre temas importantes da História local, eu peguei logo neste assunto. Portanto, eu já tinha uma ideia pré-concebida: tudo aquilo que foi feito em 1855 contribuiu para o abandono desta terra. Esta opinião inicial fez com que eu fosse pesquisar tudo o que fosse possível para averiguar se tinha razão. No tempo atual, esta terra está abandonada porque, em 1855, ficou “encravada” no concelho de Amarante. A freguesia de Banho e Carvalhosa é limitada por Amarante em quase toda linha fronteira. E, realmente, se Amarante está desenvolvida ao nível de infra-estruturas, em contrapartida, este bocadinho que está embutido entre as terras amarantinas, mas que pertence a Marco de Canavezes, está completamente abandonado. E foi há 165 anos que esta situação teve origem. Em conclusão, eu acho que a minha suspeita inicial teve importância para motivar a investigação.

E ao fim de toda esta pesquisa, de leitura, de consulta dos arquivos enquanto pude [depois foi limitada pela situação de pandemia da COVID-19], pesquisa *online* da legislação governamental – onde se consegue muita informação que eu não imaginava. A Professora Rosário

teve um papel importante na indicação das fontes –, as conclusões apontam no sentido da minha opinião inicial: se Banho e Carvalhosa pertencesse ao concelho de Amarante muito provavelmente seria uma freguesia mais desenvolvida.

IHSHG – Resumindo: a sua opinião foi importante na motivação para fazer essa pesquisa e que deu no excelente trabalho que fez, mas não condicionou as conclusões. Ou seja, foi um catalisador, mas as conclusões são as conclusões. Daqui se pode depreender que as nossas perceções pessoais podem ser o ponto de partida, mas não têm de condicionar aquilo que vamos fazer.

LC – Sim. Eu poderia ter chegado a uma conclusão diferente desta.

IHSHG – Quando fiz esta questão/ pequena provocação era mesmo para entender até que ponto a opinião pessoal a condicionou no trabalho. E, neste caso, é um bom exemplo, pois a Lúcia deu testemunho de que forma a opinião pode motivar o estudo de um caso. Muito obrigado, Lúcia.

Temos agora uma questão para o Sérgio. Sérgio, nós verificámos que durante o seu trabalho usou imenso a Geografia. E, neste caso, eu gostaria de questionar: para si qual é a importância da multidisciplinaridade na investigação histórica?

SF – Muito boa noite a todos. Nós nos Açores estamos em campanha eleitoral e

eu vou fazer como os políticos quando lhes fazem perguntas específicas e que lhes são incómodas e eles, estrategicamente, respondem o que entendem. Eu já volto à questão, mas antes disso eu, efetivamente, queria dar o meu testemunho, sobre o que foi o meu percurso na UC de Seminário II. Eu, provavelmente ao contrário dos meus colegas, é a segunda vez que estou a fazer esta unidade curricular. Eu já concluí o curso, concluí-o no verão passado e foi a única disciplina que tive de repetir. E tive de repetir porquê? Tive de repetir porque facilitei. Por razões profissionais e pessoais da minha vida, o trabalho de Seminário foi sendo empurrado para a frente e cheguei a um ponto em que foi evidente que não teria tempo para o realizar. Mandeí uma mensagem de correio eletrónico à Professora Rosário, a dizer que gostaria muito de fazer o trabalho, mas que ia ter de ficar para o ano, e, realmente, este ano concluí-o.

Sobre a pergunta em concreto, a Geografia quando se fala nos Açores, impõe-se. Há uma parte do trabalho, em que eu afirmo que a História chega tarde aos Açores, por causa da Geografia. Uma nota prévia, a minha formação base é Geografia, sou licenciado em Geografia.

IHSHG – Então faz algum sentido também.

SF – Se quisermos colocar a questão do ponto de vista mais filosófico, relacionado com a forma como eu vejo a ciência,

direi que a chave do sucesso da ciência moderna é, simultaneamente, um dos seus principais problemas. O triunfo da ciência moderna é baseado na divisão do saber em quadrículas. O que eu quero dizer com isto? Olhou-se para a realidade, para o saber, e começou-se a dividir essa realidade e o saber em quadrículas cada vez mais pequenas. O que é que nós criámos aqui? Criámos campos de superespecialistas ou, se quisermos numa linguagem mais popular, temos cientistas e estudiosos com capacidade para ver a árvore ou, provavelmente, nem a árvore, mas o ramo de uma árvore, ou mesmo a folha do ramo de uma árvore, mas temos mais dificuldade em ver a floresta. Ora, na História isso é importante, estamos a tentar perceber o tempo, as sociedades e as sociedades são complexas e nós não podemos compreender as sociedades no tempo sem esse conhecimento multidisciplinar. A Geografia, e falando primeiro da Geografia, é importante porque é o palco onde se desenrola a História. Há um geógrafo francês, Vidal de La Blache, que afirmou “A natureza põe, o homem dispõe”, que reflete esta ideia. A Geografia, é de facto, o palco da História.

A procura da multidisciplinaridade está muito presente na História. E este jovem historiador, que agora vos fala, teve necessidade de se inscrever no curso de Paleografia e Diplomática precisamente para beber saberes de outras disciplinas

para o ajudar a perceber a História. Mas é também preciso ter a consciência que por muito que o historiador invista no seu saber, há sempre campos que não domina, por exemplo, nos planos das línguas ou da arqueologia. E esta situação não deve ser nunca impeditiva de nós acedermos às fontes, pois, sem elas, nós não podemos fazer História. Daí que, do meu ponto de vista, a multidisciplinaridade é fundamental para que possamos estudar as sociedades históricas em toda a sua complexidade, ou por nós mesmos, que era o ideal se fôssemos detentores de todo o conhecimento, ou com ajuda de especialistas de outras áreas. Portanto, tem de haver sempre este diálogo entre o historiador e as outras áreas de saber.

Agora, voltando ao meu discurso inicial sobre a ciência moderna: esta abordagem holística, eu creio que tem de ser recuperada e a História e a Geografia são áreas por excelência para o poder fazer. A realidade é complexa e não cabe em qualquer grelha em que se divida o saber.

IHSHG – O que no fundo está a dizer é que temos de deixar aquelas quintinhas e temos de fazer um quintal bem grande...

SF – ...para perceber o mundo. Eu posso não conhecer cada canto da floresta, posso ser especialista da minha árvore, mas tenho de perceber a minha árvore na interação com o ecossistema. E isso não se faz sem o conhecimento multidisciplinar

ou transdisciplinar.

IHSHG – Obrigado, Sérgio. Neste caso, ainda tocando no seu discurso inicial, eu acho que é um ponto muito importante para os estudantes que chegam agora e para os futuros, que é ter também a humildade de saber quando não somos capazes, ou quando é a altura certa, saber esperar e fazer as coisas com calma e, se necessário, repetir, como foi o seu caso.

IHSHG – Para finalizar o rol de perguntas específicas aos nossos convidados, passamos à Telma. Nós verificámos que a baliza temporal que a Telma usou é bastante estreita. Quando se está a fazer uma pesquisa histórica existe alguma vantagem em ter uma baliza histórica, um tempo tão curto, ou pelo contrário, aconselha-se a fazer uma pesquisa mais abrangente?

TA – No meu caso, foi por necessidade porque a temática é tão vasta e tão pormenorizada que eu tive de a balizar e fi-lo num período que considerei de maior importância, que achei que tinha curiosidades...

IHSHG – ...enriquecedoras...

TA – ...exatamente, porque eu poderia ter escolhido o período inicial, o que teria, também, significado, com o início do fabrico das armas e da pólvora, mas acabava por ficar um bocadinho aí. Poderíamos ir para a parte do fabrico em si

da pólvora no geral, mas depois perdia esta parte curiosa do trabalho, que acaba por ser mais ou menos o meio da laboração da fábrica e que neste caso teve invenções impensáveis para aquele tempo, como eu refiro, em termos de segurança, e que eu acho que nunca se tinha ouvido falar em Portugal. Iria perder--se essa parte, porque se eu aumentasse a baliza temporal iria ter de diminuir um bocadinho aqui, diminuir um bocadinho ali e acabar por não fazer nada concreto. Dava um bocadinho de cada...

IHSHG – No fundo diluía, aquilo que se pretendia...

TA – ...exatamente, porque se virmos bem, os quatrocentos anos têm muita História e são completamente impossíveis abarcar com um mínimo de fio narrativo aceitável num trabalho com as características do que nos foi pedido em Seminário II. Tanto que a minha ideia inicial não era sobre a Fábrica da Pólvora, era sobre os Fornos da Cal, que eu gostaria de ter feito, mas era completamente impossível dado o facto de o Seminário ser uma cadeira semestral. Não havia ainda qualquer tipo de documentação estudada, eu iria ter de fazer o primeiro estudo, que eu adoraria fazer como é obvio, mas no âmbito de uma cadeira semestral, e tendo outras cadeiras também, era impossível. Portanto, a coisa tem de ser bem estruturada de maneira a que se consiga fazer uma coisa

interessante e detalhada e que não nos percamos no meio de tanta informação.

IHSHG – É importante aquilo que referi relativamente ao planeamento do trabalho: tinha pensado num outro tema, mas avaliou o tempo que tinha para o realizar e percebeu que o tempo não dava para o que pretendia fazer.

TA – Exatamente...

IHSHG – Considera então que isso é bastante importante quando se começa a investigação, perceber se o nosso passo é maior que a nossa perna? Nós temos de ser ambiciosos para fazer um bom trabalho e vocês são prova disso. Nós podemos fazer muito bons trabalhos em Seminário II, e vocês foram os melhores, mas, para isso, temos que planeá-los bem, correto?

TA – Tem de ser! Tem de ser porque, por exemplo, no caso Fornos da Cal, eu ia ter de trabalhar fontes primárias, não dava no tempo que tinha disponível. Ainda bem que não tentei ir por aí, pois devido à COVID fecharam os arquivos, aí é que eu ficava sem nada. Mas, mesmo sem COVID, não dava. Era um projeto que me teria dado imenso gozo fazer, e talvez um dia ainda o faça, mas teria de ser com bastante tempo, não numa UC semestral.

IHSHG – Até porque quando temos uma baliza temporal um pouco mais reduzida permite-nos também ir mais a fundo nas questões que queremos abordar.

TA – É mesmo!

IHSHG – Obrigado, Telma. Agora passamos à última parte da nossa entrevista, cujas questões são abertas à intervenção de todos os convidados. Uma espécie de debate!

A primeira questão que lanço aqui para a mesa é: na vossa opinião, por onde se começa uma investigação histórica?

SF – Há dois requisitos, sendo o primeiro deles, o interesse do próprio investigador. A investigação é um processo desgastante, este seminário foi curto, a investigação foi curta, mas em investigações mais longas... e, mesmo no seminário, também se coloca a questão: “Eu quero realmente fazer isto?” A parte motivacional é importante, a investigação tem de ter significado para mim. O outro requisito prende-se com questões de ordem prática. O que é que eu posso investigar? A que fontes é que eu consigo ter acesso? Consigo aceder às fontes fundamentais para dar resposta a este meu interesse?

Estas são as duas questões essenciais, o que é que eu quero fazer, qual é o meu interesse, e se o posso fazer. Porque eu posso querer fazer uma investigação, por exemplo, eu se lançasse o meu trabalho de investigação “Os Açores já tiveram o povoamento antes do século XV?”, é uma questão interessante, mas eu sentia que não tinha dados para o fazer. Portanto, no meu ponto de vista, tem de haver esses

dois requisitos, a questão do interesse e a questão de ser ou não exequível.

IHSHG – Ou seja, para o Sérgio, tem de haver um catalisador e os recursos necessários para que assim se faça.

SF – Exatamente.

IHSHG – Mais alguma intervenção?

CS – Sim, eu gostaria de intervir, na linha de pensamento do Sérgio. A minha ideia inicial para o trabalho era a Lisboa industrial do início do século XX, com as vilas operárias. Estes espaços continuam a existir escondidos em Lisboa, embora não tenham outra parte visível além do portão, e sempre achei esta temática muito interessante e gostava de saber mais sobre as vilas operárias. Percebi que tinha muito por onde trabalhar, mas precisava de uma robustez de fontes, tempo e recursos que não tinha. Então, optei por outra temática, digamos mais exequível, e acho que é um dos focos mais importantes, percebermos aquilo que é exequível numa baliza de tempo. Não temos todo o tempo do mundo para fazermos algo que nós gostamos, porque senão perdemos o foco e deixamos de ser objetivos.

IHSHG – Acrescentando ao que o Sérgio disse, são catalisadores, os recursos e agora com o que o Carlos acrescentou, o tempo também. Desconstruindo um pouco o que foi dito, nós conseguimos (e mais uma vez, dando os vossos testemunhos) realizar,

pegando nas motivações e nos recursos um bom trabalho sem fazer da investigação “um bicho de sete cabeças”?

LC – Primeiro, temos de ter uma problemática. Temos de saber o que é que vamos fazer. Depois temos de pensar no tempo e temos que o balizar. Como só temos um semestre, fazemos um plano. Nos quatro meses de trabalho vamos ter um método de trabalho porque se não o fizermos vamos nos perder com toda a certeza. Portanto, realizamos um plano cronológico. Até aqui eu tenho de ir procurar, saber o que procurar...

IHSHG – Por etapas, certo?

LC – Exato, por etapas para não me perder no tempo.

IHSHG – Nem saltar etapas...

LC – Não saltar etapas. E depois, só no fim, pensemos no último mês, iremos escrever. Não podemos esquecer a metodologia que considerámos para o nosso trabalho. Nós temos de ter método para todas as etapas.

IHSHG – No fundo Lúcia, e juntando àquilo que o Sérgio estava a dizer, é um bocadinho de autodisciplina, certo? Mas que é perfeitamente exequível, desde que nós tenhamos foco, que tenhamos vontade. E desde que nós tenhamos um destino, se não soubermos para onde vamos, não sabemos por onde começamos, não é?

LC – Claro!

IHSHG – É importante referir, pegando no que já foi mencionado pelos colegas, que o plano por nós estruturado, não é mais do que um guia para nos ajudar a manter o foco. Este plano é, no entanto, mutável e pode sofrer alterações de acordo com as vicissitudes que vamos encontrando no percurso. Temos que ter consciência e humildade, como também diz o Sérgio, para perceber aquilo que conseguimos, ou não conseguimos fazer. Aliás, todos vocês, por aquilo que têm vindo a falar, estão-nos a dar exemplos de como é que estas coisa se podem ultrapassar, como é que os obstáculos se podem ultrapassar, ou porque nós gostamos, ou porque não há tempo para fazer aquilo, mas se calhar dentro do que eu preciso fazer e que gosto de fazer, vou arranjar outra forma. No fundo é um bocadinho isto, correto?

SF – Certo. Isto é um pouco, e utilizando uma metáfora da cartografia, viajar com “rumo e estima.” É como os mapas “rumo e estima”, a cada momento ir ajustando o rumo e fazendo a avaliação a cada momento. Um aspeto que me parece importante – a conversa realmente é como as cerejas – é o seguinte: nós, a partir de certa altura, começamos a emergir no trabalho e sentimos que conseguimos ir mais além, mas temos de manter o realismo porque nenhum trabalho é definitivo. O Georges Duby tem um livro que eu gosto muito do título...

IHSHG – “A História Continua.”

SF – Exatamente. Eu sinto muitas vezes que a História continua, porque realmente nunca há uma resposta final ou uma única leitura dos acontecimentos complexos, o discurso histórico é como o “Bolero” de Ravel, tem muitas variações. Esta ciência é tão apaixonante devido a isso mesmo, encerra, pois, uma multiplicidade de perspectivas, narrativas, pontos de vista. O conhecimento histórico está em perpétua construção. Há um jargão académico que, relativamente às teses, diz que há as teses perfeitas e há as teses entregues, e muitas vezes se nós queremos ir além, se queremos realmente esgotar o tema, perdemos-nos, é preciso manter uma certa dose de realismo, pois a História não começou ontem, nem acaba amanhã. Portanto, é preciso mantermos sempre o realismo.

LC – Estive a ouvir o Sérgio, e noto que o meu trabalho teve também a ver com o que fiz para a unidade curricular de Geografia Física. Foi “giro”, porque eu tive que calcorrear toda a zona de Banho e Carvalhosa e ela é como se fosse uma barra com 4 Km²; como poderei dizer? ..., é colocada em fragas. Então, aquilo que se estuda em Geografia Física veio ajudar-me a responder à razão pela qual as pessoas se tinham instalado maioritariamente em Carvalhosa. E é curioso porque ainda continua a ser muito mais habitada do que

Banho, que fica já na parte mais elevada (nos últimos 500/600 metros), nas tais fragas. Portanto, a população, cuja base económica era a agricultura, manteve-se muito mais lá em baixo, onde havia prados, onde se podia ter vacas, enquanto aqui não havia vacas, somente podia haver o gado de menor porte. Portanto, tem tudo a ver com a Geologia, com a Geografia...

SF – ...esse exemplo que está a dar, acaba por ser a multidisciplinaridade de que eu estava a falar há pouco...

LC – ... exatamente. Temos que pensar em tudo o que está à nossa volta, não só nos factos históricos.

TA – Só para deixar aqui uma nota... que foi a parte que me deu mais prazer descobrir em Seminário II, é que a investigação é completamente viciante. Porque nós estamos a analisar um documento, e vemos lá qualquer coisa que não tem nada a ver diretamente com o trabalho, mas nós ficamos com aquela curiosidade...e se eu perdesse mais uma hora e fosse aqui ao lado, e por aí adiante. É fantástico ter a noção destes pormenores que se podem desenvolver; claro que depois, porque estão completamente fora do trabalho, obrigam-nos a uma certa contenção. Pensamos: tenho que voltar ao caminho, mas a vontade de desenvolver é enorme e completamente viciante.

IHSHG – Ou seja, se cada um de nós pegasse num único tema trabalhado por

todos, iria desenvolver uma tese diferente, ou com *nuances*. Vai um bocadinho pelas nossas vivências, pelas nossas emoções, pelas nossas preferências e sensibilidade para um aspeto e não outro.

TA – Dava uma monografia!

IHSHG – Resumindo – e para aqueles que ainda vão cursar o seminário: por onde é que se começa uma investigação histórica? Temos a existência de uma questão inicial, do interesse, da motivação, de um catalisador que nos faça despertar para nos motivar, recursos disponíveis, tempo e uma baliza cronológica para o estudo. O que falta? Planeamento, metodologia, flexibilidade, dinamismo, realismo e multidisciplinaridade. Este foi o apanhado feito a partir das vossas experiências. Agora, sintetizando, o que é para vocês uma investigação em História?

SF – Há a eterna discussão em História do ponto de vista epistemológico, se a História é ciência ou se é arte, narrativa, eu acho que é um misto das duas, porque História não é só arte, porque se assim fosse não se distinguia da “história da carochinha”, tem que haver robustez das fontes, a fundamentação em fontes e depois é reconstruir realmente a narrativa. E a narrativa histórica é uma narrativa que admite variações. Se nós presenciarmos um acontecimento histórico ao vivo, vamos imaginar, por exemplo, um grande

evento desportivo. Temos a mesma matéria de análise – que é o evento desportivo que toda a gente assistiu e que fizemos a observação direta –, a narrativa que vamos construir sobre aquilo vai ser diferente. O que é o conhecimento histórico? Basicamente, o conhecimento histórico é realmente a construção de uma narrativa sob um determinado contexto, sob um determinado fenómeno histórico.

Aqui entra a questão das várias escolas historiográficas e eu posiciono-me mais perto da História dos *Annales* que é a História total. A realidade na sua complexidade que admite essa questão da nuance na narrativa. Se quisermos de outro ponto, havia as escolas objetivas, como a que defendia Leopold von Ranke. Portanto, a História é um pouco disto tudo. O conhecimento histórico é um pouco disto tudo. Cada um de nós irá posicionar-se num ponto ou noutro. Eu estou mais perto da História total que está alinhada com o discurso anterior: multidisciplinaridade, complexidade, mais respostas, problematizar questões que têm a ver com isso. É assim que eu vejo a História. E a História discute-se.

IHSHG – Sem dúvida que se pode discutir. Já agora, pegando naquilo que disse o Sérgio, lanço a próxima questão, porque começou por aí mesmo: as fontes. Ora, como referiu a Telma, isso foi fator determinante para que optasse por este

e não um outro tema onde se debateria com a questão das fontes primárias. Já o Carlos falou por exemplo da questão da busca de um nome, que o obrigou a uma procura mais exaustiva de fontes. Afinal, o que são e o que é que não são fontes? Tudo pode ser considerado fonte histórica?

SF – Há diversos tipos de fontes. Uma fonte pode ser um texto, pode ser um artefacto arqueológico, pode ser uma notícia do jornal. É preciso saber fazer a crítica das fontes. Lá está, mais uma vez isto é um conhecimento muito teórico, mas na prática efetivamente é assim. As fontes históricas têm todas as problemas associados. As fontes históricas produziram-se não para fazer História, melhor dizendo, não foram feitas para serem estudadas como fonte histórica por historiadores futuros. Isto é, as fontes têm contexto, têm interesses, têm visões do mundo, e qual o papel do historiador? É realmente arranjar um acervo quanto mais completo melhor; fazer a crítica dessas fontes; fazer a sua interpretação; e a sua narrativa. Lá está. Voltámos à questão da narrativa. Por isso é que, o conhecimento histórico não se faz sem fontes, mas as fontes estão sempre a ser sujeitas a ser reinterpretadas. Até porque aparecem outras fontes, que permitem confrontar, preencher melhor a realidade. Isto é como um puzzle: no conhecimento histórico algumas peças estão muito soltas e temos que a partir delas tentar perceber o que faz sentido

e se tudo é o que parece, reconstruir o contexto. À medida que vão aparecendo outras fontes, vamos mudando o discurso, mas tudo, de facto, pode ser uma fonte histórica.

IHSHG – Mas, pegando nisso que está a dizer o Sérgio, que achei muito interessante, pois creio que tocou num ponto muito importante. Eu tenho a percepção que muitas pessoas acham que porque alguém já se debruçou sobre determinado tema, esse tema é intocável e você mencionou algo de relevo onde há lugar a novas informações que permitem irmos conhecendo de novo, ou reinterpretando. Podemos pegar em qualquer tema e aprofundá-lo, completá-lo, reinterpretá-lo, como o disse.

LC – Por exemplo, o trabalho que eu realizei também foi feito a partir da leitura de vários trabalhos já realizados. Mas esses trabalhos foram feitos com informações que os autores foram buscar às fontes primárias. Então, vendo qual foi a fonte que esse autor utilizou, eu posso pegar nessa informação e descobrir o arquivo, ou seja, ter acesso à fonte primária. No meu caso, saliento, por exemplo, atas das câmaras, cartas, correspondência entre governadores das câmaras, etc.. Mas, a partir daí, posso ser remetida para outros trabalhos...

IHSHG – O tal completar o *puzzle*, como o Sérgio mencionou.

LC – E eu não tive a possibilidade de o fazer totalmente. Fiquei muito triste, porque devido à pandemia não consegui ir aos arquivos presencialmente, mas fez-me falta ter acesso aos originais; vê-los e imaginar quem os escreveu, as circunstâncias em que o fez!

IHSHG – Mas ao mesmo tempo, se me permitir Lúcia, e pegando naquilo que está a referir, é muito importante perceber, e também passar aos colegas vindouros, que às vezes essas vicissitudes que, neste caso, abalaram o mundo inteiro, podem ser debeladas pelo recurso às tecnologias de informação. Se é verdade que as tecnologias da informação não nos permitem tocar nos documentos originais – que eu acho muito importante –, também é verdade que nos permitem aceder a arquivos que disponibilizam essas fontes digitalizadas. Há sempre forma de contornar estas dificuldades e vocês são o exemplo disso.

Sintetizando o que até aqui foi dito em relação ao que é a investigação histórica: falou-se entre um misto de ciência e “alguma” arte, de haver fundamentação, construção de uma narrativa, as escolas históricas, complexidade e problematização. No que diz respeito a fontes, falámos em textos, artefactos, notícias de jornais, crítica das fontes, recensão crítica, interpretação e narrativa, reinterpretação e uso de outros trabalhos já

realizados, neste caso, sujeitos a recensão crítica.

Dando seguimento à temática, gostaria de entender da vossa parte, qual foi a metodologia que usaram nos vossos trabalhos?

TA – Tive que partir do que tinha. Eu tinha um livro que era a estrela do meu trabalho, para o qual pedi autorização de consulta à Biblioteca Central da Marinha, mas que nunca cheguei a utilizar, por ter sido recusada. O facto de não ter esse livro fez com que tivesse que adaptar o meu trabalho a outros documentos que fui encontrando, e aí tive sorte porque o Professor João Luís Cardoso, nosso professor na Universidade Aberta, é o expoente máximo, quer na Fábrica da Pólvora de Barcarena, quer no Município de Oeiras e Cascais em termos arqueológicos; há aí imensa coisa. Foi complicado porque há trabalhos de qualidade e porque eu achei-me um bocadinho intrusa, ... agora o que é que eu vou tirar daqui? Pois, é que havia tanta coisa, e o que é que eu posso inovar aqui? Nada.

IHSHG – Desculpe, Telma, acho que está a pensar ao contrário... acho que inovou, dando a sua visão, pondo um pouco de si naquilo que já existia e isso para nós é muito positivo. E se a classificação do seu, dos vossos trabalhos, foram tão boas é porque têm valor acrescentado. Todos vocês tiveram trabalhos muito bons, quer

dizer que isto vos coloca num lugar em que já são informação, ou mesmo, fontes secundárias que podem ser consultadas. Vocês, de alguma maneira, inovaram.

TA – Nós pensamos que a investigação tem de ser uma coisa completamente nova, pelo menos era a ideia inicial que eu tinha. Tem de ser como uma tese de doutoramento, tem de trazer a inovação. Mas não tem de ser necessariamente assim ao nível de uma licenciatura.

IHSHG – Toca numa questão muito importante: quando nós olhamos para a investigação e nos interrogámos: “será que eu estou à altura?” Aliás, foi exatamente esta questão que eu me coloquei quando cheguei a Seminário II. Depois ao longo do trabalho e do planeamento que vamos fazendo, vamo-nos apercebendo que sim, que podemos acrescentar alguma coisa ao que já existe. Será difícil descobrimos qualquer coisa que não tenha sido descoberta antes, mas, na verdade, é um pouco como se dizia, tenta-se a reinterpretação daquilo que já existe com base no que a ciência foi disponibilizando e, claro, coloca-se algo de nós. Na linha do que dizia o Sérgio quando se referia à Geografia e ao modo como o geógrafo lê a paisagem: vendo a paisagem como um quadro, cada um de nós, vai lá pôr as suas cores, que refletem o modo como interpretamos a paisagem.

SF – A escola da Geografia regional

francesa parte precisamente do estudo da paisagem e a partir dos modos de vida. A unidade de análise é a paisagem que traduz a ação do Homem sobre o meio. Lá está, a História como parte do meio na sua relação com a Geografia Física.

IHSHG – Essa própria paisagem também é moldada pelo contexto histórico que o próprio Homem faz.

SF – Em termos epistemológicos, a escola da Geografia regional francesa, traduz-se numa corrente designada por “possibilismo”, que advoga que a partir de um determinado espaço físico, o ser humano tem um conjunto de possibilidades. Na França nunca poderiam ser esquimós, mas poderiam ser de outras situações alternativas. Portanto, o meio não determina, mas condiciona muito.

LC – Mas o Homem também modifica o meio.

SF – E cada vez mais. Sim, é verdade.

LC – Aqui em Banho aconteceu exatamente isso. As fragas foram transformadas em leiras para se conseguir cultivar. O próprio Homem alterou o espaço para garantir a sua subsistência.

IHSHG – Quais são as principais dificuldades e obstáculos mais frequentes na realização de um trabalho com estas características. Já reconhecemos umas tantas! Se alguém quiser partilhar mais algumas será sempre

produtivo para quem nos suceder.

CS – Eu gostaria de intervir. Nos dias de hoje, na Era da Sociedade da Informação somos inundados por muita informação. E a questão das fontes/ informação acaba por ser uma dificuldade. Ou seja, no passado, a dificuldade era em aceder à informação pela sua dispersão geográfica ou física. Hoje, essa barreira está esbatida com a digitalização, com a Sociedade da Informação. Todavia, surge um perigo – e isso é um dos obstáculos – de sermos confrontados com uma avalanche de informação que depois não conseguimos filtrar. Eu acabei por encontrar esta dificuldade nalgumas fontes que já estavam “contaminadas” e tive de ir em busca de fontes que me pudessem dotar de informação mais fiel. Fui interpretando e ao interpretar alguns destes elementos, deparei-me com falta de sincronismo de alguns. Por exemplo, naquele caso do nome [Henriques] acabei por aceder às digitalizações da Torre do Tombo. Foi aí que eu encontrei a diligência da Ordem de Cristo e foi aí que eu encontrei a assinatura. Daqui se conclui que algumas fontes que estão disponíveis, mesmo em organismos oficiais como a Câmara de Lisboa ou Assembleia da República, por exemplo, podem conter “elementos contaminados”. Contaminados, porquê? Contaminados pela Sociedade de Informação e pela avalanche de informação. Portanto, há aqui um obstáculo nas fontes e informação

que impõe a necessidade de aplicar um filtro, de interpretar e cruzar. E isso pode ser uma dificuldade, cruzar, porque, às vezes, há elementos que não conseguimos cruzar. Eu, por acaso, consegui documentos que, felizmente, já estão digitalizados na Torre do Tombo e isso foi muito útil porque conseguimos ir à origem. Não há nada como aceder a uma diligência, logo, assinada pelos próprios protagonistas que estamos a estudar.

IHSHG – Para o Carlos as fontes podem ser manipuladas, ou de alguma forma contaminadas?

CS – Manipuladas não direi, mas uma mentira repetida um milhão de vezes torna-se uma verdade e podemos deparar-nos com “essa verdade” porque foi repetida um milhão de vezes e tomamos isso como verdade.

IHSHG – Eu falei da manipulação ao lembrar-me, por exemplo, da famosa “Doação de Constantino” que após uns séculos foi questionada e considerada falsa.

CS – Sim, as fontes podem ser manipuladas intencionalmente por um grupo ou por um elemento. A fonte pode, realmente, ser adulterada com uma intenção. Também pode ocorrer que essa adulteração é feita não com a intenção de adulterar a História, mas resulta de uma ação involuntária.

Às vezes surge também o problema

da ausência de informação, quando encontramos um “buraco” na fonte, que pode ser deixado intencionalmente, ou seja, alguém omitiu uma informação, um dado, e essa omissão, ela própria, é que é muito importante. Se nós percebermos essa omissão, aquilo que falta, pode ter significado.

Esta contaminação pode, como referi, advir da Sociedade da Informação, o que é muito fácil de ocorrer. Cada vez mais somos expostos ao fenómeno das *fake news* e, frequentemente, é difícil traçar a linha de fronteira entre estas e um relato verdadeiro.

IHSHG – Ocorre-me, agora, outra questão, que surgiu aqui num “À Conversa”, [do grupo IHSHG], sobre o distanciamento Histórico para se poder classificar como fontes, ou já História. É necessário ter em conta este distanciamento? Sabendo que não podemos ir à Pré-História para nos afastarmos, mas, sabendo também, que temos de nos distanciar para estudar. Imaginem que têm de estudar a História dos Presidentes dos Estados Unidos da América...

CS – A História que é nossa, é a nossa vivência, e como a estamos a viver, não conseguimos ter o distanciamento necessário e suficiente para fazer uma interpretação do que ocorre. E nos dias de hoje, na Sociedade de Informação, aquilo que nos chega, é aquilo que os

media querem que nós saibamos e não realmente o que se passa.

IHSHG – Eu vou partilhar convosco uma ajudinha da nossa Professora [Maria Rosário Bastos]. Ela refere o Decreto-Lei 16/93, retificado pela Lei de 4/94, de 11 de maio, que foi revogado nalguns artigos pela Lei 107/2001, de 8 de setembro, e pelo decreto-lei 47/2004, de 3 de maio. Porém, nos n.ºs 2 e 3, do art.º 17.º, que ainda estão em vigor, prevê-se que os documentos que tenham dados pessoais de carácter judicial ou político e que possam afetar a honra, a segurança, ou intimidade da vida privada não possam ser tornados públicos até que decorram cinquenta anos da morte da pessoa ou decorridos setenta e cinco anos da sua data. Assim, a Lei prevê, mas na sociedade atual as mutações são tão rápidas, 50 anos é suficiente?

CS – Eu diria uma coisa sobre o 25 de Abril: no dia 25 de Abril, eu tinha 13 anos e, por uma questão de família, sempre li muitos jornais, pois o meu pai já nessa altura comprava jornais todos os dias. Um facto curioso, habituei-me, não sei porquê, a juntar jornais desde essa idade, assim, tenho jornais do 25 de Abril e desse período, com as notícias daquela altura, e tenho isso guardado. E hoje ainda não passaram cinquenta anos e quando eu olho aquelas notícias que eu vivi e na interpretação que se consegue fazer, temos de ter muito distanciamento para

conseguirmos eliminarmos essa parte da vivência. A parte da vivência vai-nos dar uma opinião, a nossa opinião pessoal que resultada dessa vivência.

IHSHG – Faz parte.

CS – Faz parte, mas deixámos de ser neutros, acabámos nós próprios também por contaminarmos a História porque vamos dar algo da nossa vivência. Cinquenta anos? Isso tem de ser passado por outros.

SF – Eu tenho uma perspetiva um pouco diferente da exposta pelo Carlos. Tenho como convicção que a objetividade em História não existe. Qualquer narrativa histórica que nós façamos está impregnada da nossa cosmovisão. Isso não quer dizer que, à partida, o historiador seja tendencioso, não é nada disso. Até se costuma dizer que há uma História de direita e uma História de esquerda, não sei se há. Mas uma convicção eu tenho: toda a narrativa histórica, todo o processo de investigação, toda a construção do conhecimento relaciona-se com a forma como vemos o mundo. Eu ao valorizar um aspeto e a valorizar menos outro, estou a tomar uma opção e a alterar a narrativa.

IHSHG – Exatamente. A própria escolha das fontes já é o nosso cunho pessoal. Concorda, Sérgio?

SF – Concordo. É precisamente isso que estou a dizer. Se cada um de nós fizesse um trabalho sobre a Administração Trump

e se nos dessem o mesmo acervo de fontes, iríamos ter narrativas diferentes. Outra questão, e que se relaciona com o tempo, o tempo nem sempre é bom conselheiro em História. O Facebook muito recentemente proibiu as notícias que desvalorizem a questão do holocausto. Portanto, ao longo do tempo pode haver uma erosão do conhecimento histórico.

Sobre a relação do historiador com as fontes, o historiador também tem um papel de salvaguarda e autenticidade das fontes. Dou um exemplo: aquela famosa fotografia da tomada do *Reichstag*, em Berlim, pelo exército soviético durante a II Guerra Mundial, em que nos aparece a bandeira soviética, defraudada ao vento, segurada por um militar soviético que ostenta dois relógios no pulso. Isto na fotografia original, pois nas fotografias posteriores, o militar só aparece com um relógio. Isto porquê? Porque, segundo o regime soviético da altura, não era aceitável a ostentação de dois relógios no pulso e se ele tinha dois relógios, provavelmente, roubou o segundo. Nesta reposição da realidade dos factos, após a adulteração das fontes históricas com o objetivo de alterar a narrativa histórica, o historiador tem um papel importante.

A História é mais humana das ciências, pois trata da humanidade, das sociedades humanas, na sua complexidade.

IHSHG – Há uma frase da qual não gosto,

mas que tem um fundo de verdade, que diz que a “História é escrita pelos vencedores.” Eu só não gosto desta frase porque o que sobressai depois na narrativa, são, muitas vezes, estas propagandas que existem e quem está no poder, tem o poder de as perpetuar.

SF – Outro aspeto que me preocupa muito na História atualmente: está-se a utilizar a História para fazer julgamentos morais. Isso é um aspeto que preocupa muito.

IHSHG – Sem dúvida.

SF – O julgamento moral que se faz sobre o polémico Museu das Descobertas, sobre as responsabilidades no passado e que séculos depois temos de pedir desculpa por tudo. Eu não vejo a História assim. A História não é juiz. Os acontecimentos são produto do seu tempo, o que nós temos de compreender – e é outro cuidado que os historiadores devem ter e o cidadão comum também –, com base nos valores da sociedade coeva e não com os olhos e os valores do século XXI. Isso é um erro trágico.

IHSHG – Para terminar esta nossa entrevista deixava uma última questão: como é que aliam as novas tecnologias à pesquisa histórica? Bom, acho que no fundo já é um bocadinho aquilo que nós estávamos aqui a falar...

CS – São fundamentais. Hoje as novas tecnologias permitem-nos aumentar o

número de fontes, permitem cruzá-las e é fundamental realmente a tal filtragem de que eu falava há pouco. São as novas tecnologias, e estamos agora cada vez mais no caminho da inteligência artificial, capaz de identificar as contaminações das fontes e o cruzamento. Há novas narrativas que irão ser feitas e novas interpretações, portanto, isto é uma dinâmica imparável e a inteligência artificial vai trazer muita riqueza a esta área. Em breve teremos dispositivos a ler pergaminhos e a ler latim...

IHSHG – Já existem alguns protótipos de projetos para isso.

CS – Exatamente, hoje são protótipos. Estamos na pré-história dessas tecnologias, mas a inteligência artificial está aí e em breve, digamos nos próximos cinquenta anos, não sei, num estado de maior maturidade dessas tecnologias, teremos um manancial de fontes de informação que hoje não temos. Os livros de História nunca deviam começar com “a História de”, deviam começar todos por um artigo indefinido, “uma História de”, porque é sempre uma História, daqui a uns anos vão surgir outras histórias. Nunca devemos escrever um livro a dizer “a História de”, temos de escrever “uma História de”, porque é uma, é a nossa interpretação, e as novas tecnologias vão-nos trazer muitas mais.

IHSHG – Até que ponto é que estas novas tecnologias, esta inteligência artificial,

pode ser uma aliada? Ou seja, até que ponto é que pode ser uma desvantagem estas questões da inteligência artificial na pesquisa histórica e até que ponto é que nos pode tornar mais preguiçosos?

CS – Eu queria acrescentar uma coisa: veja aquela tecnologia que surgiu no século XX da avaliação dos artefactos arqueológicos, a tecnologia do Carbono-14. Veja a riqueza de informação que foi acrescentada e que era inexistente, ou seja, uma tecnologia que nos conseguiu datar com alguma precisão, uma precisão histórica, enfim, balizar épocas de objetos e artefactos. Alterou histórias, alterou narrativas. Portanto, as novas tecnologias, e temos de olhar para isso, não nos vão tornar mais preguiçosos, vão-nos dar mais elementos, elementos que não temos ou que estão mal interpretados e aquilo que o Sérgio falava há pouco, tem de haver cada vez mais valências nas pessoas que estão a fazer essas narrativas, conhecer Geografia, conhecer Astronomia, conhecer a Física e a Química, para completar e trazer mais riqueza e mais conhecimento. Algum desse conhecimento só vem através das novas tecnologias, por isso esta tecnologia que surgiu da adaptação do Carbono-14 veja a informação nova que nos trouxe, e a riqueza e a precisão. As novas tecnologias não nos vão tornar mais preguiçosos, vão-nos dar um baú cheio de informações que hoje nem sonhamos e isso é uma riqueza enorme...

IHSHG – Já agora, só para rematar Carlos, a professora Rosário Bastos pôs um comentário no “bate-papo” que eu acho muito interessante e que é: “Aí está a diferença entre o ser-se um técnico ou um historiador. A inteligência artificial descodifica, mas não interpreta e mesmo que um dia esteja preparada para o fazer não intui, não lê os silêncios”. Acho que isto é muito importante porque realmente nós podemos aliar-nos às novas tecnologias, mas nunca perdendo o espírito crítico

CS – Mas a tecnologia vai-nos dar novos silêncios, vai demonstrar que há novos silêncios que tem de ser o ser humano a interpretar.

IHSHG – Exatamente. A datação, por exemplo; ela foi sujeita a experiências, a ciências exatas que a foram desenvolvendo porque no início também deu muitos erros e provocou imensos mal-entendidos. A questão é que – e agora temos que pensar no nosso contexto – hoje em dia a informação viaja a uma velocidade muito maior do que anteriormente. Antes, se eu dissesse algo, mesmo que fosse a nível académico, primeiro que essa informação chegasse ao outro lado do mundo demorava algum tempo. Hoje em dia não, eu ainda estou a descobrir a tal coisa e ela já está a ser anunciada no outro lado do mundo. Por isso, todos os erros que nós cometermos agora enquanto historiadores podem vir a ser absorvidos, embora possam

estar marcados pelo nosso contexto, pela sociedade em que nós vivemos que é muito mais dinâmica e muito mais acelerada e acho que condiciona muito a informação como nós a recebemos e transmitimos. Eu acho que as novas tecnologias devem ser um apoio sim, e concordo consigo quando diz que nós temos que nos aliar, mas nunca substituir a componente humana, nem que seja para perceber esses silêncios de que a professora fala, para tentar compreender até que ponto é que esses silêncios nos dizem alguma coisa, ou só silêncios vazios de conteúdo. Vivendo no contexto atual é certo que temos de nos distanciar um bocadinho, criar o afastamento suficiente para perceber o que é fonte, se é verdadeira, ou não e questionar cada vez mais, como dizia o Sérgio há pouco, aquilo que chega até nós.

Antes de finalizarmos eu gostava de perguntar se a professora nos queria deixar umas palavrinhas de remate?

MRB – Isto não era suposto! Bom, em primeiro lugar devo confessar que estou quase comovida porque quando eu estava a fazer o meu percurso académico ouvi várias vezes dizer que mau era o trabalho, má era a tese em que o orientador, o docente, não aprendia alguma coisa. E eu aprendi imenso, aprendi até este último minuto. Voltando à questão da inteligência artificial ser auto-suficiente para a leitura de fontes históricas, por exemplo, julgo

que é preciso realmente, para além de decifrar saber interpretar o que lá está, e se para isso as máquinas também podem ser programadas para tal, mas não me parece que possam fazer tudo. Lá me estou eu a envolver num momento que é vosso, mas, vejamos: em relação ao que ficou dito, se a História é feita pelos vencedores, também testemunha a voz dos vencidos, quanto mais não seja por omissão, não é? Por exemplo, quando nós estamos a ler um tombo de uma propriedade monástica, ao vermos a quantidade de foros e a quem é que eles se destinam, está lá a voz daqueles que os pagam, “dos vencidos”, certo? E isso a máquina não lê, acho eu (o Carlos corrigir-me-á se eu estiver errada), mas isso pelo menos para já, eu não consigo imaginar uma máquina a ler, a ter a sensibilidade para dar voz àqueles que não tiveram voz diretamente e explicitar essa circunstância. Pelo menos por ora, julgo que isso é impossível, mas corrigir-me-ão se estiver errada. Aprendi e aprendo imenso convosco. Houve, de facto, uma permuta de saberes e este grupo foi especialmente produtivo, não sei se a pandemia acelerou o vosso potencial inato, mas realmente bem se diz que a necessidade aguça o engenho e vocês foram bravos. Espero que os futuros estudantes que possam ter acesso a este debate – de alguma maneira – percebam duas coisas: primeiro que a investigação não tem que ser completamente inovadora porque não

há absolutos. Nós todos somos herdeiros de vários paradigmas e, portanto, qualquer tema que vos apaixone parecendo pouco original, é passível de ser discutido, de ser trabalhado e de ser ajustado. Não há, pois, temas ridículos, ridículo é não fazer absolutamente nada. Em segundo lugar, este Seminário também serve – e vamos ter consciência disso – para aferir da capacidade e gosto pela investigação em História. Há pessoas que não gostam, não tem jeito, ou nunca experimentaram. E para sabermos se gostamos de uma coisa ou não, em princípio, temos de passar por ela, “a experiência é madre de todas as coisas”, lá diziam os experimentalistas. De modo que, a pessoa pode chegar ao fim e dizer “eu não gosto disto, isto não é nada o meu género”, mas pelo menos já não vai fazer aqueles trabalhos incipientes e autodidatas que muitas vezes se publicam sem saber ao que se está a expor e até que ponto é que poderá estar a induzir outras pessoas em erro. A partir daqui pelo menos ficam com uma certa “carta de alforria” para conseguir fazer alguma coisa que vos dê muito prazer. De facto, a Telma tinha razão, isto é um bocadinho viciante, é um bocadinho para quem gosta, e quem não gosta põe de lado, como em tudo, mas ao menos fica com uma ideia de como se faz.

Por fim, resta-me afirmar que foi realmente um grande prazer e o IHSHG foi tão generoso... e eu estou-vos muito grata

a todos. A todos e a cada um de vocês, muito obrigada.

IHSHG – Obrigada, professora! Nós é que estamos gratos! E estamos gratos a todos os colegas, pois foi graças a eles que este diálogo foi possível.

Ficou o testemunho de viva voz de que antes de iniciarmos um projeto de investigação científica todos partimos com incertezas, inseguranças, medos; mas com uma dose de resiliência e motivação todos chegarão a bom porto. Aqui seremos aprendizes de historiador onde teremos de escolher o método de trabalho, as fontes que como Marc Bloch ou Jaques Le Goff, (entre outros, que fizeram e fazem parte dos nossos estudos), também o tiveram que fazer. Como Fernando Pessoa dizia, o homem sonha a obra nasce. Muito obrigada!

5. CONCLUSÃO

UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUALIDADE DO FAZER HISTÓRIA | **Saul António Gomes**

UNIVERSIDADE DE COIMBRA | Faculdade de Letras | Investigador do CHSC

Não poderão estas brevíssimas reflexões, lembrando Jorge Luís Borges, traduzir-se «numa oratória de sobremesa», bem servida de louvores exaltantes e hiperbólicos. Esta obra possui já os elementos próprios de um livro clássico, com os seus prefácio e posfácio e a sua bipolaridade estruturante entre testemunhos de descoberta e de «fazer História» por parte de historiadores «seniores» e de historiadores «jovens adultos».

Estas páginas, intituladas «Os primeiros passos na investigação em História», que nos propõem Maria Rosário Bastos, João Viegas e Sérgio Ferreira, tecidas a partir dos territórios universitários especializados no ensino e na escrita da História, merecem a atenção tanto dos historiadores de ofício como dos leitores que, gostando de ler História, se interrogam, também eles, sobre as suas razões e as suas problemáticas, os contextos de investigação, as lógicas de elaboração do texto historiográfico e os sucessos, ou não, da respetiva edição e divulgação social.

Fazer História, com sucesso social, nos dias de hoje, não depende apenas do investigador e da sua investigação. O

sucesso imediato de um livro de História depende, na verdade, de alguns contextos que o enformam e conformam. Nem sempre as condições de investigação em arquivos e centros de documentação se revelam as mais francas e propícias para os investigadores, tantas são as limitações ao acesso e manuseamento práticos e produtivos da informação documental; a publicação dos resultados, por outro lado, revela-se geralmente dependente de subsídios públicos ou de editoras de nicho, especializadas, cada vez mais limitadas pela hegemonia das grandes marcas editoriais globais e das suas redes de filtragem mercantis que contaminam, nocivamente, aliás, pela leveza e rápida obsolescência dos resultados publicitados e “autorizados”, os mais louváveis princípios da vida científica universitária ou académica.

Com a questão dos sucessos editoriais, determinados pela prevalência dos modelos economicamente mais fortes, e das condições de trabalho e de acesso à informação aos historiadores, prendem-se também as políticas públicas de financiamento da investigação nas diferentes áreas das ciências

históricas, também elas orientadas predominantemente pelo argumentário internacionalista, definido pelos centros de mando, sobretudo setentrionais, cujo resultado mais não é, em muitos casos, do que uma sinuosa reprodução dos modelos desses mesmos centros dominantes, em geral pouco atentos, sensíveis e abertos às carências básicas e estruturais da investigação histórica em territórios reconhecidamente periféricos ou “meridionais”.

Hodiernamente, os sistemas de sucesso da obra historiográfica parecem valorizar ideias e opiniões em desfavor das fontes e dos questionários hermenêuticos a que elas obrigam. É um problema de fundo. É divertido, e por vezes ridículo, mesmo, ler regras editoriais de algumas conceituadas revistas, pretensa e exclusivamente especializadas em História, advertindo os investigadores que de, nas suas páginas, não há lugar às empíricas esferas da publicação de documentos. Documentos não fazem História, pois, para muitos daqueles que as controlam editorialmente, se bem que, sem documentos e a sua análise e problematização permanentes, desde sempre, numa historiografia que encontra no arquivo e no regresso às origens a sua força anímica mais fecunda e entusiasmante, não se poderá delinear qualquer cenário para fazer História, sequer avançar no campo das redes historiográficas da inovação científica.

À pulverização das aparentes especializações temáticas da História, da procura de uma História Global talhada dentro de e para mercados com escalas de centralidades modelares ou paradigmáticas, apresentadas como sistemas únicos, nodais, excluindo, preconceituosamente, aliás, as eternas (novas) periferias, não corresponde efetivamente a legitimidade de autênticas Teorias da História e do Conhecimento Histórico, frequentemente subsumidas, tanto mais, em Filosofia, em Sociologia e noutros discursos transdisciplinares, para além da História, mas que não são, efetivamente, de competência historiográfica.

A História que mais se vê, nomeadamente em Portugal, não parece corresponder à História que mais se faz. Monografias e estudos sobre comunidades locais, de valores naturalmente muito desiguais, ocuparão seguramente um número muito considerável dos títulos que se publicam todos os anos, em Portugal, ainda que estejamos perante edições com tiragens relativamente pequenas e sem integrarem os mercados de distribuição e venda de escala nacional. No conjunto, todavia, deveremos estar a falar de uma historiografia, produzida por especialistas ou amadores, com um largo impacto social.

A História, enquanto ciência do passado e enquanto memória monumental, patrimonial, tem um vasto público de entusiastas que não (re)conhece as fronteiras da divisão social, não sendo um exclusivo de elites, ou da classe média, porquanto as transversalidades sociais que a História, local ou translocal, atingem também as camadas menos favorecidas da população, dentre as quais se poderão reconhecer fortes indícios identitários, culturais, que passam pelo gosto pela História, nas suas várias expressões vivenciais. A História é, ou deveria ser, nos tempos que vivemos, um desafio ao exercício permanente da Democracia.

Alguns dos programas televisivos e radiofônicos – e, talvez, se registre uma tendência semelhante no domínio das atuais plataformas sociais digitais – de maior audiência, longevidade e boa memória, ofereceram a História como tema de comunicação, recorrendo a linguagens comunicacionais adequadas justamente às grandes massas populacionais e não exclusivas de elites intelectuais. O reconhecido sucesso desses programas atenua fortemente qualquer crítica negativa, proveniente das elites bem-pensantes, que lhe possa ter sido feita. Programas que fizeram despertar, em várias gerações, o gosto pela História e que ajudaram ao contínuo preenchimento das vagas universitárias para alunos de História e suas variantes.

O gosto pelos temas do passado, tão vincado na cultura e identidade portuguesas e tão inspiradores dos horizontes dos imaginários das atuais gerações jovens, recriadoras incessantes de passados projetados em futuros não muito distantes, revela-se, também, no elevado número de jovens investigadores, formados nos diferentes ciclos de estudos universitários e nas mais variadas áreas científicas e tecnológicas, que aprendem a investigar e a fazer História, talvez até mais, neste domínio, do que no do exercício da docência da disciplina de História, nos diferentes ciclos de ensino, cujo recrutamento de profissionais não parece ter o sucesso e capacidade de atração pela (desmotivante) vida de professor asfiriada por pedagogismos paralisantes que obstaculizam a fecundidade criativa docente.

Os autores e organizadores da presente obra, membros de uma escola universitária dinâmica e aberta ao futuro, deram-lhe um nome que se funde no tempo próprio, com as suas partidas e também os seus retornos, da historiografia. “Os primeiros passos na investigação em História”, para os que hoje começam ou, enquanto passado, para os “seniores”, que os deram quando também eles trilharam os itinerários iniciais da sua entrada na profissão de historiadores. O olhar da História é, aqui, protagonizado pelo encantamento da “ego-história”, da biografia dos oficiais de Clio, seis jovens

adultos, cheios do desejo de fazer História, e seis historiadores, seniores, não menos desejosos de a continuarem a fazer.

Não é um livro, pois, de biografias de antigos heróis ou de atores históricos, mas antes uma obra de e sobre historiadores que aqui se revelam, testemunhando as suas experiências de fazer História, dando testemunho, em seu nome e em manifesto de muitos outros nomes de historiadores, de agora e de sempre, aliás, senhores dos talismãs que lhes permitem rasgar o véu inconsútil do silêncio do tempo para descobrirem, verem, ouvirem e narrarem os testemunhos do(s) passado(s).



DEED

192...

County of M...

DEED AND CERTIFICATE OF MARRIAGE

... her ... in the ...
... Co. of ...
... 192...